



DEP. CAITO QUINTANA
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAR. 2011

[Assinatura]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 170/11

SÚMULA: DISCIPLINA A OBRIGATORIEDADE DE TRANSPARÊNCIA, POR MEIO DE DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA, PELAS ENTIDADES PRIVADAS DE UTILIDADE PÚBLICA OU NÃO, QUE RECEBAM RECURSOS PÚBLICOS A TÍTULO DE SUBVENÇÃO E AUXÍLIO, OU PARCERIAS COM MUNICÍPIOS OU ESTADO.

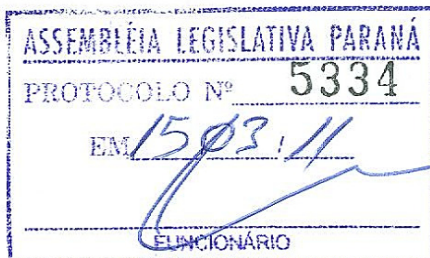
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º - As instituições privadas, de utilidade pública ou não, desde que sem fins lucrativos, tais como Organizações Não Governamentais(ONGs); Organizações Sociais com Interesse Público(OSCIPs); Fundações e Associações, que recebam recursos públicos a título de subvenções e auxílios ou parcerias com Municípios ou com o Governo do Estado do Paraná, ficam obrigadas a publicar, mensalmente, independente do valor do convênio, em página eletrônica própria(*Home Page*), na rede mundial de computadores, os demonstrativos das transferências realizadas pelo Governo Estadual ou Municipal e a respectiva prestação de contas, especificando as pessoas jurídicas ou físicas, com o respectivo CNPJ e CPF.

Parágrafo único - A página eletrônica(*Home Page*) será mantida pela instituição beneficiada, sem qualquer ônus para o Poder Público.

Art. 2º - A não observância do disposto no *caput* do artigo 1º acarretará a imediata suspensão do repasse governamental, até a regularização.



14:40 14/03/2011 000796 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Art. 3º - As instituições mencionadas no *caput* do artigo 1º terão 30(trinta) dias para se adequarem às exigências da presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de março de 2011.


Deputado CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Qualquer entidade que receba verbas públicas, independente do valor, tem o dever institucional de dar publicidade e transparência às suas ações, coibindo assim qualquer tentativa de desvio de recursos ou a má utilização de dinheiro público.

O projeto ora apresentado em nada fere os princípios constitucionais, consagrando os da transparência e da publicidade dos atos públicos. Afinal, as entidade, ao receberem verbas públicas tornam-se responsáveis absolutas por sua correta destinação e devem prestar contas à população.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 170/11

Projeto de Lei nº. 170/11

Autor: Deputado Caito Quintana.

Súmula: Disciplina a Obrigatoriedade de Transparência por meio de Divulgação Eletrônica, pelas Entidades Privadas de Utilidade Pública ou Não, que recebam Recursos Públicos a Título de Subvenção e Auxílio, ou Parcerias com Municípios ou Estado.

EMENTA: DIVULGAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS RECEBIDOS POR ENTIDADES PRIVADAS DE UTILIDADE PÚBLICA OU NÃO ATRAVÉS DA INTERNET. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PUBLICIDADE DOS ATOS PÚBLICOS. ARTS. 5º, 37 E 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INICIATIVA PARLAMENTAR AFERIDA. ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caito Quintana, objetiva a prestação de contas das verbas públicas recebidas pelas instituições privadas, de utilidade pública ou não, desde que sem fins lucrativos, tais como ONGS, OSCIPS, Fundações e Associações, através de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

página eletrônica própria (Home Page), especificando os dados relacionados a operação.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Utilizando da analogia, temos no artigo 5º, inciso XXXIII da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, o direito à informação, senão vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento).

A publicidade na Administração Pública brasileira está estabelecida como princípio no artigo 37 da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, em seu parágrafo 1º, conforme transcrito a seguir:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

O ordenamento jurídico prevê várias normas que disciplinam a prestação de contas dos gestores públicos ao poder público e à comunidade em geral. O artigo 70 da nossa Carta Magna, parágrafo único, define quem tem a obrigação de prestar contas:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). (Grifo Nosso).

No que tange a elaboração das Leis dentro do Estado do Paraná, temos na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO**, o seguinte:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

**de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)**

Analizando as competências exclusivas do Governador do Estado do Paraná, não encontramos qualquer menção acerca da proposição em tela, sendo que não havendo impeditivo na esfera executiva, temos a legalidade deste Projeto em ser elaborado por um membro da Assembléia Legislativa.

A transparência e a obrigação em prestar contas do dinheiro que advém do povo, ou seja, da esfera pública, é totalmente procedente para que haja uma fiscalização por parte da população e para que não ocorram desvios que prejudiquem as contas do nosso Estado.

Verificado os requisitos constitucionais formais, afere-se que a proposição respeita, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material, bem como, as normas constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Fiscalização da ALP e Assuntos Municipais

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 170/11

PREFÁCIO

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Caíto Quintana tem por finalidade disciplinar a obrigatoriedade de transparência, por meio de divulgação eletrônica, pelas entidades privadas de utilidade pública ou não, que recebam recursos públicos a título de subvenção e auxílio, ou parcerias com municípios ou Estado.

DA TRAMITAÇÃO

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

A publicidade e a transparência aos atos administrativos praticados por entes públicos é um dever que o administrador tem, e assim

o fazendo, facilita a fiscalização dos recursos públicos, onde são empregados, de que maneira está sendo utilizado, valor.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria de suma importância, um respeito com o dinheiro advindo do cidadão. Assim, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 2011.

DEPUTADO NELSON GARCIA
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI No.170/2011

SÚMULA: Disciplina a obrigatoriedade de transparência, por meio de divulgação eletrônica, pelas entidades privadas de Utilidade Pública ou não, que recebam recursos públicos a título de subvenção e auxílio, ou parcerias com Municípios ou Estado.

AUTOR: Deputado Caíto Quintana.

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e da Comissão de Fiscalização desta Casa de Leis.

ANÁLISE:

O conceito de cidadania sempre esteve fortemente "ligado" à noção de direitos, especialmente os direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração. O conceito implica, portanto, uma série de valores sociais que determinam direitos e deveres do cidadão, sendo definida como "O direito de ter direito"¹.

Assim, vemos que a cidadania está ligada diretamente ao tema "transparência", já que é direito dos cidadãos conhecerem o destino dos recursos públicos repassados às instituições, de utilidade pública ou não, mas que os receberam através de parcerias, ou a título de subvenção ou auxílio.

¹ Wikipédia



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

A rede mundial (Internet) é um excelente instrumento para essa finalidade, já que o acesso é rápido, público e permite atualizações em tempo real, possibilitando ao cidadão o pleno acesso e conhecimento das transações efetuadas com o dinheiro público.

PARECER:

Diante do exposto, somos de PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em pauta.

Sala de Reuniões, em 30 de maio de 2011.



DEP. TADEU VENERI
Presidente



DEP. ROSE "LITRO"
Relatora



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

EMENDA
PLENARIO
DA
20/06/11
04
BS

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 170/11

Altera o Art. 1º do Projeto de Lei nº 170/11, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As instituições privadas, de utilidade pública ou não, desde que sem fins lucrativos, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs); Organizações Sociais com Interesse Público (OSCIPs); Organizações Sociais (OSs), Fundações e Associações, que recebam recursos públicos a título de subvenções e auxílios ou parcerias com Municípios ou com o Governo do Estado do Paraná, ficam obrigadas a publicar, mensalmente, independente do valor do convênio, em página eletrônica própria(Home Page), na rede mundial de computadores, os demonstrativos das transferências realizadas pelo Governo Estadual ou Municipal e a respectiva prestação de contas, especificando as pessoas jurídicas ou físicas, com o respectivo CNPJ e CPF”

Sala das Sessões, 20 de junho de 2011.

RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV

Edson

Adelino

SEANAVACA

HELSTRE



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 170/11

Projeto de Lei nº 170/11

Autor da emenda: Deputado Rasca Rodrigues.

Súmula: Disciplina a obrigatoriedade de transparência, por meio de divulgação eletrônica, pelas entidades privadas de utilidade pública ou não, que recebam recursos públicos a título de subvenção e auxílio, ou parcerias com Municípios ou Estado.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI 170/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Caíto Quintana, disciplina a obrigatoriedade de transparência, por meio divulgação eletrônica, pelas entidades privadas de utilidade pública ou



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

não, que recebam recursos públicos a título de subvenção e auxílio, ou parcerias com Municípios ou Estado, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Cesar Silvestri Filho.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Modificativa, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pelo Deputado Rasca Rodrigues, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 28 junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR



DEP. HERMAS JR

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior

REGISTRADO EM ATA
5572
11/03/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 21 MAR. 2011
Mauro
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 198/11, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2011.

Súmula: Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As empresas ou entidades prestadoras de serviço que firmarem contratos com os poderes e órgãos da Administração Pública Estadual deverão reservar 10% (dez por cento) do total das vagas de trabalho fixadas nos respectivos contratos, às pessoas com deficiência.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei as deficiências podem ser física, mental, auditiva ou visual.

Art. 2º Quando o cálculo das vagas de cada contrato resultar em fração igual ou superior a cinco décimos arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, ou para o número inteiro imediatamente inferior, quando resultar inferior a cinco décimos.

Parágrafo único. Nos contratos em que o cálculo para a reserva de vagas for inferior a um, fica assegurada uma vaga para as pessoas com deficiência, se o total das vagas previstas no contrato for igual ou superior a cinco.

Art. 3º Os gestores responsáveis pela execução e fiscalização dos contratos, na forma estabelecida no art. 67 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão manter o registro atualizado das vagas reservadas às pessoas com necessidades especiais e elaborar relatório anual para ser arquivado juntamente com o contrato.

Art. 4º Nos editais de licitação destinados à contratação de empresa para prestação de serviços de terceirização deverá constar cláusula que especifique a obrigatoriedade do cumprimento desta Lei.

Art. 5º Para os contratos firmados anteriormente à vigência desta Lei, a obrigação da reserva de vagas para pessoas com deficiência dar-se-á no prazo de noventa dias após a publicação desta Lei.

Art. 6º Na hipótese do não preenchimento de vaga por falta de aptidão dos candidatos para o exercício da função, comprovada por certificado expedido pelo

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-971

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br

| |
|-------------------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ |
| PROTOCOLO Nº 6118 |
| EM 22/03/11 |
| <i>Ruan</i> |
| FUNCIONÁRIO |

15:00 21/03/2011 00:11:00 DEP. HERMAS JR. LEGISLATIVO DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, a empresa fica dispensada do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei.

Art. 7º As empresas e os agentes públicos que descumprirem esta Lei sujeitar-se-ão às penalidades previstas na Lei federal nº 8.666, de 1993.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala de Sessões, em 23 de fevereiro de 2011.


Deputado Estadual Hermas Junior

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei cria oportunidade de trabalho às pessoas com deficiência, que deverão ocupar pelo menos dez por cento das vagas das empresas prestadoras de serviços de terceirização, cujos contratos com órgãos e entidades da administração pública do Estado prevêm o fornecimento de mão-de-obra.

Na proposta consta cláusula assegurando o mínimo de dez por cento da totalidade das vagas, com reserva nunca inferior a uma vaga, exclusivamente para pessoas com deficiência, desde que esta não seja incompatível com o exercício das funções objeto dos contratos.

O objetivo do projeto está em consonância com o que preceitua a Constituição Federal, que oportuniza a reserva de vagas para os cargos públicos objeto de concurso, para as pessoas com deficiência.

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, determina que cabe ao Poder Público e seus órgãos assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos ao trabalho para propiciar seu bem-estar pessoal, social e econômico, devendo dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, tratamento prioritário e adequado para viabilizar formação profissional, e empenho quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns.

Também estabelece a Lei Federal nº 7.853/1989 que o Poder Público deve adotar legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho em favor das pessoas com deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado.

Não menos importante, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estabelece, no art. 93, a obrigatoriedade de reserva de postos em empresas privadas às pessoas com deficiência, cujos percentuais são proporcionais ao número de empregados.

Sala de Sessões, em 23 de fevereiro de 2011.

Deputado Estadual Hermas Junior

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 198/2011.

Projeto de Lei nº 198/2011.

Autor: Deputado Hermas Júnior.

Súmula: Determina a reserva de vagas para pessoas deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

EMENTA: INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO. EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS. SERVIÇO PÚBLICO. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA. POSSIBILIDADE. GARANTIA E PROTEÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA. ART. 23, II DA CF. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. ART. 128 REGIMENTO INTERNO; ART. 53, XVI DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ. INCLUSÃO DO PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL. ART. 203 DA CF. LEI 8.123/91. DECRETO 3.298/99. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Júnior, tem por intuito destinar 10% (dez por cento) das vagas para pessoas com deficiência nas empresas que firmarem contratos com os poderes e órgãos da Administração Pública Estadual.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente, analisando o artigo 1º, inciso V da Nossa Carta Magna, temos de forma análoga que as pessoas com deficiência, assim como a todo cidadão brasileiro, é constitucionalmente garantido o direito ao trabalho, senão vejamos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Segundo a ONU, no Brasil, 10% (dez por cento) da população é composta de pessoas com algum tipo de deficiência. O Censo 2000 assentou 14,5%, o que corresponde a 24,5 milhões de pessoas (mais precisamente, 24.537.984 PPD's), das quais 15,14 milhões têm idade e condições de integrarem o mercado formal do trabalho, desde que proporcionadas às necessárias condições de acessibilidade.

O artigo 93 da **Lei 8123/1991** contempla a reserva de vagas a pessoas portadoras de deficiência, porém não determina aquelas que tem vínculo com os órgãos da administração pública estadual, mas sim de maneira geral, vejamos:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: (Grifo Nosso).

- I - até 200 empregados.....2%;
- II - de 201 a 500.....3%;
- III - de 501 a 1.000.....4%;
- IV - de 1.001 em diante.5%.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A proteção das pessoas portadores de deficiência está elencada no artigo 23, II da **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**, sendo competência comum entre União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em proteger e amparar as pessoas com deficiência física, senão vejamos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
(Grifo nosso).

O DECRETO 3.298/99 veio a normatizar a integração das pessoas portadoras de deficiência no que diz respeito ao mercado de trabalho, conforme artigo 6º, inciso V, vejamos:

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

V - ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho; (Grifo Nosso).

No mesmo Decreto, através do artigo 8º, inciso III, temos o instrumento que habilita a elaboração de legislação específica para a inclusão e benefício das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

III - a aplicação da legislação específica que disciplina a reserva de mercado de trabalho, em favor da pessoa portadora de deficiência, nos órgãos e nas entidades públicos e privados; (Grifo Nosso).

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei no Estado do Paraná, dispõe o **Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:**

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Também com relação a competência para a elaboração de leis, temos no artigo 53, XVI da **Constituição Estadual do Paraná**, a competência da Assembléia legislativa em legislar em matérias de competência comum do acima citado artigo 23 da nossa Carta Magna, a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

qual cita especificamente sobre as pessoas portadoras de deficiência física.

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal; (Grifo Nosso).

A Carta Magna ciente da importância da inclusão do portador de necessidade especial introduziu, como uma de suas diretrizes, a habilitação das mesmas. O artigo 203, inciso IV estabelece de forma clara a inclusão do portador de necessidade especial, a fim de sanar ou diminuir a dificuldade decorrente desta necessidade. Vejamos:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

E, analisando as competências exclusivas do Governador do Estado do Paraná, não encontramos qualquer menção acerca da proposição em tela, sendo que não havendo impeditivo na esfera executiva, temos a legalidade deste Projeto em ser elaborado por um membro da Assembléia Legislativa.

Em assim sendo, temos que através da legislação acima explanada, que a Assembléia Legislativa do Paraná é competente para legislar sobre a matéria objeto do Projeto de Lei, pois não existe matéria específica que regule a inclusão no mercado de trabalho no âmbito das empresas prestadoras de serviços dos órgãos da Administração Pública.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na **LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98.**

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

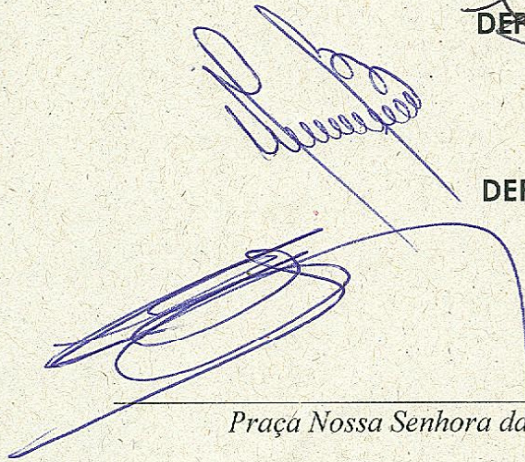
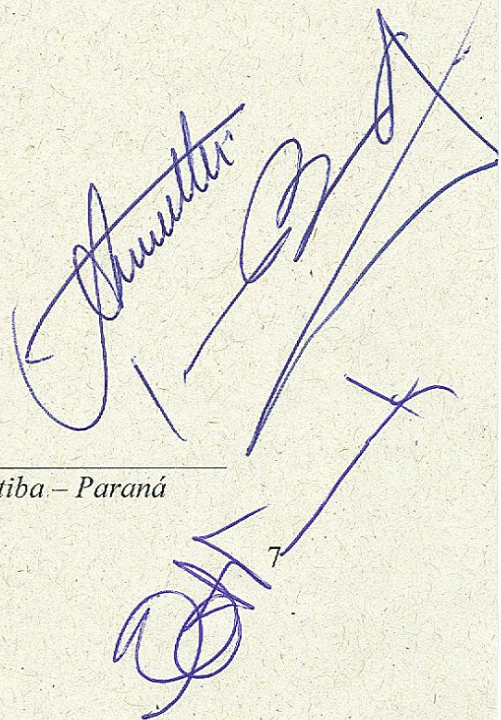
Sala das Comissões, 10 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PARECER AOS PROJETOS DE LEI N.º 198/11 E 364/11

Os Projetos de Lei n.º 198/11 e 364/11, de autoria do Deputado Hermas Brandão Jr. e Deputado Bernardo Ribas Carli, respectivamente, que tem por objetivo destinar 10% (dez por cento) das vagas de emprego, aos portadores de deficiência, nas empresas que firmarem contratos com os poderes e órgãos da Administração Pública Estadual.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer.

ANÁLISE DO MÉRITO

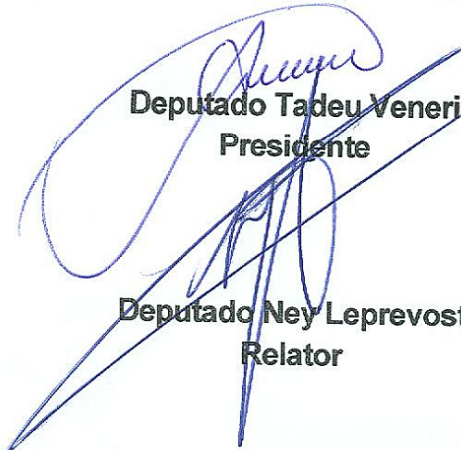
Segundo a ONU no Brasil 10% da população é composta de pessoas com algum tipo de deficiência. O Censo 2000 trouxe a estimativa de 14,5%, o que corresponde a aproximadamente 24,5 milhões de pessoas, das quais 15,14 milhões tem idade e condições de integrarem o mercado formal de trabalho, desde que presentes as condições de acessibilidade.

De maneira geral os portadores de deficiência física tem suas possibilidades de emprego reduzidas e por conseqüência uma renda diminuída, assim a concessão das cotas de emprego em empresas privadas que contratam com o setor público no Estado do Paraná faz deste Projeto de Lei um diploma muito importante para auxiliar na defesa da igualdade.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, damos parecer favorável e somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2011.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Ney Leprevost
Relator


IVSC



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AOS PROJETOS DE LEI Nº 198/11 E Nº 364/11

PREÂMBULO

Os projetos de lei em tela, de autoria dos Deputados Hermas Brandão Junior e Deputado Bernardo Ribas Carli, **ambos anexos**, visam determinar a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania desta Casa, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

Esta matéria visa dar oportunidade de trabalho às pessoas com deficiência, que deverão ocupar, pelo menos, 10% (dez por cento) das vagas das empresas prestadoras de serviço **com contratos junto à Administração Pública do Estado**.

A intenção é estabelecer em lei o vínculo com os órgãos da administração pública estadual, pois a reserva de vagas às pessoas portadoras de deficiência se encontra contemplado em legislação federal e estadual.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por não haver óbice, exaramos parecer ela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.


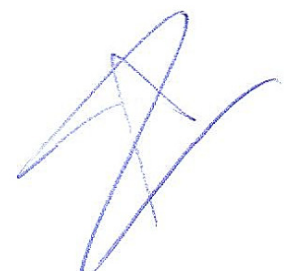
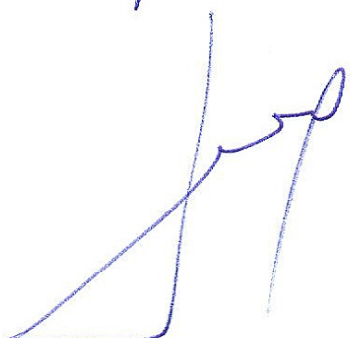
Sala das Comissões, 04 de maio de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO NEY LEPREVOST
RELATOR





EMENDA MODIFICATIVA

Ao Projeto de Lei nº 198/11

EMENDA 01
PLENÁRIO
DAP
20/06/11
[assinatura]

O Art. 1º do Projeto de Lei 198/11, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - As empresas ou entidades prestadoras de serviço que firmarem contratos com os poderes e órgãos da Administração Pública Estadual deverão reservar no mínimo do total das vagas de trabalho fixadas nos respectivos contratos, às pessoas com deficiência física, mental, auditiva ou visual, conforme a seguinte proporcionalidade:

- I – de 100 a 200 vagas – 2%;**
- II – de 201 a 500 vagas – 3%;**
- III – de 501 a 1000 vagas – 4%;**
- IV – acima de 1001 vagas – 5%.”**

Sala das Sessões, 20 de junho de 2011.

Deputado FERNANDO SCANAVACA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº
198/11

Projeto de Lei nº 198/11

Autor da emenda: Deputado Fernando Scanavaca.

Súmula: Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI 198/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Hermas Junior, tinha como objetivo determinar a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Nereu Moura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Modificativa, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor redação a emenda ora em tela, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pelo Deputado Fernando Scanavaca, na forma da **SUBEMENDA** em anexo.

Sala das Comissões, em 28 junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

**SUBEMENDA A EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO 01 AO PROJETO DE LEI
Nº 198/2011**

Com fulcro no que autoriza os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Modificativa de Plenário 01 de autoria do Deputado Fernando Scanavaca que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. O artigo 1º do Projeto de Lei 198/11, de autoria do Deputado Hermas Júnior passa a contar com a seguinte redação:

"Art.1º - As empresas ou entidades prestadoras de serviço que firmarem contratos com os poderes e órgãos da Administração Pública Estadual deverão reservar no mínimo do total das vagas de trabalho fixadas nos respectivos contratos, às pessoas com deficiência, conforme a seguinte proporcionalidade:

- I - de 100 a 200 vagas - 2%;
- II - de 201 a 500 vagas - 3%
- III - de 501 a 1000 vagas - 4%
- IV - acima de 1001 vagas - 5%."

Sala das Comissões, em de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 006/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública o SER – Sociedade Eticamente Responsável de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o SER – Sociedade Eticamente Responsável de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 2011.



**ALEXANDRE CURI
PRESEIDENTE**



RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 321/11

Súmula: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2012.

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2012, compreendendo:

- I- as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II- a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III- os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV- a estrutura e organização dos orçamentos;
- V- as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI- as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII- as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- VIII- as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- IX- disposições transitórias;
- X- demais disposições.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 2º. As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, decorrentes das três grandes Estratégias de Governo: Paraná do Futuro, Novo Jeito de Governar e Desenvolvimento Integrado, para o exercício de 2012, serão estabelecidas no projeto de lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2012 a 2015, que será encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2011.

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

Art. 3º. No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e em Municípios com menor relação de receita própria por habitante.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CAPÍTULO II
DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO

Art. 4º. A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2012, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 30/06/2009.

Art. 5º. As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2012, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 27.158.104.000,00 (vinte e sete bilhões, cento e cinquenta e oito milhões, cento e quatro mil reais).

Art. 6º. As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas antes do início da execução orçamentária, desde que sejam verificadas alterações nos índices de atualização de preços, a partir de julho de 2011, que justifiquem uma reavaliação da previsão da receita, mediante critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 7º. A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

| | | |
|-------|-------------------------|-------|
| I - | PODER LEGISLATIVO | 5,00% |
| II - | PODER JUDICIÁRIO | 9,50% |
| III - | MINISTÉRIO PÚBLICO..... | 3,90% |

Parágrafo único. Do percentual de 5,00% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90.

Art. 8º. Serão incluídos na base de cálculo da Receita Líquida, para estabelecimento dos valores dos Outros Poderes e do Ministério Público, as



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

transferências relativas à Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Art. 9º. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para inserir na Lei Orçamentária de 2012 recursos no montante de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) para assegurar e viabilizar a estrutura administrativa e a manutenção da Defensoria Pública do Estado, com vistas a garantir o cumprimento das suas atribuições legais.

Art. 10. O Poder Executivo destinará para o Fundo da Cultura até 0,5% (meio por cento) da Receita Tributária Líquida do Estado, na forma prevista no § 6º do Artigo 216 da Constituição Federal.

Art. 11. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2012 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:

- I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do Art. 7º desta Lei;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;
- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, do Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30%, da receita líquida de impostos, inclusive as proveniente de transferências de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual;
- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2012 a 12%, da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;
- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 38 desta Lei.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§1º. As despesas com ações e serviços públicos de saúde a que se refere o inciso VII do caput deste artigo, que representam os 12% da Receita Líquida de Impostos do Tesouro Geral do Estado, são aquelas relativas à prevenção, promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, incluindo:

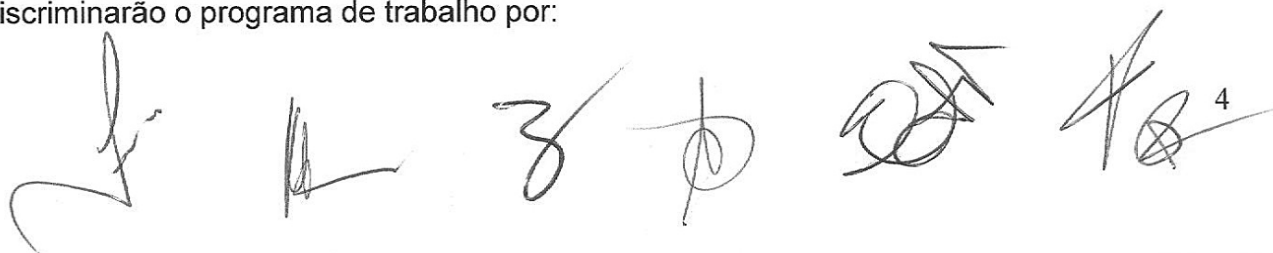
- a) vigilância epidemiológica e controle de doenças;
- b) vigilância sanitária;
- c) vigilância nutricional, orientação alimentar e controle de deficiências nutricionais;
- d) assistência à saúde em todos os níveis de complexidade;
- e) assistência farmacêutica;
- f) educação para a saúde;
- g) treinamento de recursos humanos para a área de saúde em especial para o SUS;
- h) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde;
- i) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos da área de saúde, tais como medicamentos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, equipamentos, etc.;
- j) saneamento básico associado ao vetor saúde excetuando-se os decorrentes de tarifas, prioritariamente em cidades com baixo IDH.
- k) serviços de saúde de penitenciários, desde que firmado Termo de Cooperação específico entre os órgãos de saúde e os órgãos responsáveis pela prestação dos referidos serviços;
- l) atenção especial aos portadores de deficiência;
- m) ações administrativas realizadas pelos órgãos de saúde, indispensáveis para a execução das ações indicadas nos itens anteriores;
- n) assistência à saúde de usuários de drogas.

§2º. Os recursos a que se refere o inciso VII deste artigo serão alocados na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 12. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2012 à Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 13. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por:



4



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI - Categoria Econômica da Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Aplicação; e
- IX - Grupo de Fontes.

§ 1º. Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º. Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999.

§ 3º. Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com a especificação dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º. Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5º. Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

DESPESAS CORRENTES

- Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida
- Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- Grupo 4 - Investimentos
- Grupo 5 - Inversões Financeiras
- Grupo 6 - Amortização da Dívida

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

- Grupo 9 - Reserva de Contingência



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 6º. A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo, destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias, e observará o seguinte detalhamento:

- 20 – Transferências à União;
- 22 – Execução Orçamentária Delegada à União;
- 30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
- 31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
- 32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 40 – Transferências a Municípios;
- 41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo;
- 42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
- 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais;
- 71 – Transferências a Consórcios Públicos;
- 72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 80 – Transferências ao Exterior;
- 90 – Aplicações Diretas;
- 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (não utilizada pelo Estado do Paraná);
- 99 – A Definir (a ser utilizada pelo Poder Legislativo por ocasião da elaboração das emendas ao Projeto da Lei Orçamentária)

§ 7º. Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 87/96;
- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
- Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM / PEDU / PARANASAN;
- Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
- Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e / ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito ou não;
- Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;
- Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária – FEAP;
- Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;
- Fonte 129 - Taxas de Polícia – FUNRESPOL;
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091/95;
- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 138 - Taxa Ambiental;
- Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM;
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;
- Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCB;
- Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 148 - Outros Convênios.

GRUPO 10 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- Fonte 117 - Transferências da União – SUS;
- Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;
- Fonte 142 - Operação de Crédito Externa – PR 12 Meses – Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável – PRODESUS/BIRD;
- Fonte 143 - Outras Operações de Crédito Externas.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;
- Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;
- Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;
- Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;
- Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 14. O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

Art. 15. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO/2012 à Assembleia Legislativa.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do projeto da LDO/2012 à Assembleia Legislativa, dando ciência a Assembleia Legislativa.

Art. 18. O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no Art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no Art. 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

- I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II - texto da Lei;
- III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o Art. 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;
- VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o Art. 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;
- VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no Art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná; e
- VIII - anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere a:
 - a) Poder Legislativo;
 - b) Poder Judiciário;
 - c) Ministério Público;
 - d) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
 - e) Ações e Serviços Públicos de Saúde;
 - f) Ciência e Tecnologia.
- IX - anexo VII – as proposições parlamentares relativas às emendas a despesa;
- X - anexo VIII – as proposições parlamentares relativas às emendas ao conteúdo programático.
- XI - anexo IX - os cancelamentos efetuados para suportarem as emendas à despesa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 20. A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2012, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 21. Os repasses de recursos aos Outros Poderes e ao Ministério Público ocorrerão mensalmente, nos percentuais estabelecidos por esta lei, calculados sobre a previsão mensal de realização da receita e não com relação ao duodécimo dos valores orçados, compensando no mês seguinte o montante de repasse para mais ou para menos de acordo com a efetiva arrecadação do mês.

Art. 22. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º. Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

Art. 23. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 12 de setembro de 2011, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo Único. No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

Art. 24. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 25. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III - incluídas despesas à título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do Art. 167, § 3º da Constituição Federal e do Art. 135, § 2º da Constituição Estadual;
- IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;
- V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
- VI - fixadas despesas com valores simbólicos;
- VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de governo (vedada duplicidade de receita).

Art. 27. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 28. As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

Art. 29. Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 30. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

Art. 31. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 32. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

Art. 33. As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais, correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

§ 1º. Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo (Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais), até o dia 20 de julho de 2011, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2011, para serem incluídos no orçamento de 2012, especificando:

- I- Número da ação originária;
- II- Número do precatório;
- III- Tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- Enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- Data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI- Valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2011, conforme Art. 98, § 5º da Constituição do Estado do Paraná);
- VII- Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 34. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1º. A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º. A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 35. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 36. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do Art. 78, § 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

Art. 38. A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 39. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2012, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite percentual de 5 % do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, excetuando-se as dotações referentes a recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2011, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º. Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º. Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes ao diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o Art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E
ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 41. No exercício financeiro de 2012 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º. A repartição dos limites globais, de acordo com o Art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo;
- d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º. As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o Art. 169, § 1º da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 42. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer a Revisão Geral anual consoante ao disposto no artigo 37, inciso X da Constituição Federal, na data base fixada em lei estadual.

Art. 43. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES
DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 44. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 45. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2012, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 46. As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação, serão incorporados à receita prevista por ocasião da elaboração do Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015 e da Lei Orçamentária Anual – LOA para 2012.

Art. 47. A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III - fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;



15



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

- VI - fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII -fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII-prestar o apoio financeiro necessário à execução das ações voltadas à realização da COPA FIFA 2014, através de recursos provenientes do FDE;
- IX- fomentar investimento e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado;
- X -os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 48. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2012, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

CAPÍTULO XI
DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 49. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no Art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§1º. Não poderão ser cancelados recursos correspondentes à pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º. Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 à 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 3º. Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

Art. 50. Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2011, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

- I- pessoal e encargos sociais;
- II- transferências constitucionais e legais aos municípios, por repartição de receitas;
- III- serviços da dívida;
- IV- PASEP;
- V- demais despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Art. 51. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no Art. 6º desta Lei.

Art. 52. O Governo do Estado publicará no Diário Oficial, trimestralmente, demonstrativo dos repasses para as Universidades Estaduais, contendo a receita prevista e a realizada a cada mês, disponibilizando-o por meio eletrônico pela Secretaria da Fazenda.

Art. 53. As Universidades Estaduais por Campus publicarão no Diário Oficial, trimestralmente, relatório detalhado contendo os repasses oriundos do Estado e de outras fontes, o número de alunos presenciais e a distância atendidos, bem como as despesas efetuadas para o desempenho de suas atividades, incluindo a execução de pesquisas.

Art. 54. O Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Comunicação Social publicará no Diário Oficial, trimestralmente, relatório detalhado, contendo despesas efetuadas com publicidade.

Art. 55. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no Art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 56. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 57. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06 de julho de 2011.



DEP. NEREU MOURA
Presidente



DEP. ELIO RUSCH
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2010 obedeceu os critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 6169, de 26 de janeiro de 2010. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro Geral do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das receitas.

No exercício financeiro de 2010 as Receitas não Financeiras, ou seja, as receitas totais, excluídas as operações de crédito, as amortizações de empréstimo, as receitas de alienação de ativos e as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, tiveram um acréscimo de 1,88% em relação aos valores previstos na LDO/2010.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 3,65%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, ficou reduzida em 27,05% (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Metas Fiscais relativas a 2010 – Resultado Primário

| Discriminação | Previsto na LDO (em R\$ 1000) | Realizado (em R\$ 1000) | Variação % |
|--|----------------------------------|----------------------------|----------------|
| I Receitas não Financeiras | 21.350.584 | 21.752.846 | 1,88% |
| II Despesas não Financeiras | 20.125.081 | 20.858.807 | 3,65% |
| III Resultado Primário (I – II) | 1.225.503 | 894.040 | -27,05% |

Fonte: SEFA/SEPL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2008 a 2010 e reprogramadas para 2011.

| Tabela 2 – Metas Fiscais 2008-11 - Preços Correntes - em R\$ 1.000 | | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|-----------------|
| Discriminação | 2008 | 2009 | 2010 | (1) 2011 |
| I. Resultado Primário Indicado na LDO | 741.997 | 777.133 | 1.225.519 | 770.075 |
| II. Resultado Primário Obtido | 1.260.259 | 867.072 | 954.983 | -242.423 |
| III. Resultado Obtido - Indicado (II - I) | 518.262 | 89.939 | -270.536 | -1.012.498 |
| IV. Resultado Nominal Indicado na LDO | -765.967 | -721.969 | 159.482 | -402.153 |
| V. Resultado Nominal Obtido (2) | 1.928.594 | -1.456.774 | -351.489 | 2.702.783 |
| VI. Resultado Obtido – Indicado (V - IV) | 1.162.637 | -734.805 | -192.007 | 3.104.936 |

Fonte: SEFA/SEPL

(1) : Reprogramado.

(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

| Tabela 3 – Metas Fiscais 2008-11 - Preços Constantes de 2011 - em R\$ 1.000 | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-----------------|
| Discriminação | 2008 | 2009 | 2010 | (1) 2011 |
| I. Resultado Primário Indicado na LDO | 856.198 | 858.454 | 1.278.339 | 770.075 |
| II. Resultado Primário Obtido | 1.454.226 | 957.804 | 935.572 | -242.423 |
| III. Resultado Obtido – Indicado (II - I) | 598.028 | 99.350 | -345.767 | -1.012.498 |
| IV. Resultado Nominal Indicado na LDO | -883.845 | -797.518 | 166.356 | -402.153 |
| V. Resultado Nominal Obtido (2) | 2.225.424 | -1.594.054 | 2.517.882 | 2.702.783 |
| VI. Resultado Obtido – Indicado (V - IV) | 3.109.269 | -796.536 | 2.684.238 | 3.104.936 |

Fonte: SEFA/SEPL

(1) : Reprogramado

(2) : O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2008 a 2014.

Tabela 4 – Indicadores Econômicos do Período de 2008 a 2014

| Indicador | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| PIB do Brasil (variação %) | 5,16 | -0,64 | 7,61 | 4,5 | 4,5 | 4,5 | 4,50 |
| PIB do Paraná (variação %) | 4,28 | -1,2 | 8,3 | 5,00 | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Inflação, IPCA (variação %) | 4,46 | 5,90 | 4,31 | 6,02 | 5 | 4,50 | 4,50 |
| Taxa de Câmbio, previsão BC (R\$/US\$) | 1,77 | 2,34 | 1,74 | 1,7 | 1,75 | 1,8 | 1,83 |

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

É importante destacar que a garantia de investimentos só será possível com o esforço em continuar a política fiscal assumida pelo Estado para os próximos exercícios, ou seja, de manter os superávits primários.

A previsão de superávits primários para o período de 2011 a 2014, na média de 0,40% do PIB do Paraná, supõe:

- a) o crescimento sustentável da economia do Estado;
- b) o incremento das receitas não financeiras;
- c) a execução do programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal;
- d) o controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual.

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2011 a 2014, a preços correntes e constantes de 2011.

Tabela 5 – Metas Fiscais para o Período 2011-14
Resultado Primário

Preços Correntes

| DISCRIMINAÇÃO | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|------------------------------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|
| | R\$ 1.000 | % PIB | R\$ 1.000 | % PIB | R\$ 1.000 | % PIB | R\$ 1.000 | % PIB |
| I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS | 24.192.324 | 10,03 | 26.638.021 | 10,04 | 28.662.339 | 9,85 | 33.349.160 | 10,44 |
| II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS | 20.518.376 | 10,13 | 25.656.484 | 9,67 | 26.811.220 | 9,21 | 28.017.928 | 8,77 |
| III. RESULTADO PRIMÁRIO | 954.983 | -0,10 | 981.537 | 0,37 | 1.851.119 | 0,64 | 5.331.232 | 1,67 |
| IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA | 15.193.896 | 6,30 | 16.000.222 | 0,60 | 16.673.219 | 5,73 | 17.361.749 | 5,44 |
| V. RESULTADO NOMINAL | 2.702.783 | 1,12 | 671.371 | 0,25 | 474.691 | 0,16 | 410.409 | 4,51 |

Fonte: SEPL/SEFA

Tabela 6 – Metas Fiscais para o Período 2011-14
Resultado Primário

Preços Constantes de 2011

| DISCRIMINAÇÃO | 2011 | | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|------------------------------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|
| | R\$ 1.000 | % PIB | R\$ 1.000 | % PIB | R\$ 1.000 | % PIB | R\$ 1.000 | % PIB |
| I. RECEITAS NÃO FINANCEIRAS | 24.192.324 | 10,03 | 24.883.740 | 10,04 | 25.499.756 | 9,85 | 28.527.651 | 10,44 |
| II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS | 20.518.376 | 10,13 | 23.966.844 | 9,67 | 23.852.888 | 9,21 | 23.967.190 | 8,77 |
| III. RESULTADO PRIMÁRIO | 954.983 | -0,10 | 916.896 | 0,37 | 1.646.868 | 0,64 | 4.560.461 | 1,67 |
| IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA | 15.193.896 | 6,30 | 14.780.214 | 0,60 | 14.833.507 | 5,73 | 14.851.646 | 5,44 |
| V. RESULTADO NOMINAL | 2.702.783 | 1,12 | 627.157 | 0,25 | 422.314 | 0,16 | 351.073 | 4,51 |

Fonte: SEPL/SEFA

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2008 a 2010. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Tabela 7 – Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2008 (R\$ 1.000) | 2009 (R\$ 1.000) | 2010 (R\$ 1.000) |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| ATIVO FINANCEIRO | 3.142.919 | 3.127.163 | 3.346.178 |
| ATIVO PERMANENTE | 12.583.094 | 15.689.933 | 17.945.919 |
| SOMA DO ATIVO REAL | 15.726.013 | 18.817.096 | 21.292.097 |
| PASSIVO FINANCEIRO | 1.678.701 | 1.837.740 | 2.177.947 |
| PASSIVO PERMANENTE | 20.313.202 | 20.228.812 | 18.474.712 |
| SOMA DO PASSIVO REAL | 21.991.903 | 22.066.553 | 20.652.659 |
| SALDO PATRIMONIAL | -6.265.890 | -3.249.457 | 639.438 |

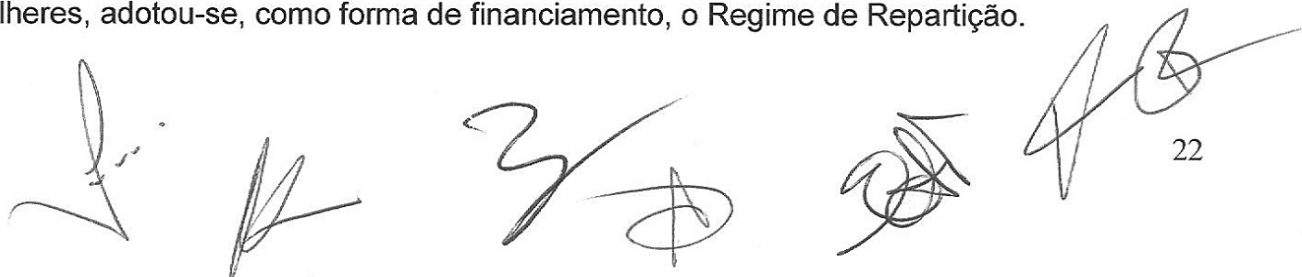
Na evolução do Patrimônio Líquido do período, houve de 2008 para 2009, uma variação positiva da ordem de R\$ 3.016,4 milhões, pela redução do Passivo Real Descoberto, produzido pelo superávit patrimonial de 2009. De 2009 para 2010, houve uma variação positiva de R\$ 3.907,3 milhões, que superou o saldo patrimonial anterior, provocando Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2008 a 2010, essa oscilação determinou variação total positiva da importância de R\$ 6.905,3 milhões que, como consequência favorável, apresentou Saldo Patrimonial Credor, representativo do Patrimônio Líquido do Estado.

4. Avaliação do Regime de Previdência do Estado

O Regime Próprio de Previdência do Estado do Paraná é gerido pela PARANAPREVIDENCIA, Serviço Social Autônomo criado pela Lei-PR nº 12.398/98, mediante transformação do antigo IPE - Instituto de Previdência do Estado.

O modelo de seu financiamento, segundo Plano de Custeio estabelecido a partir de estudos atuariais realizados entre 1996 e 1998 e que resultaram na Avaliação Atuarial Inicial que acompanhou o ante-projeto que resultou na Lei-PR nº 12.398/98, pressupõe a migração gradativa do Regime de Repartição para o Regime de Capitalização, adotando-se, para tanto, o critério de segregação de massas, mediante constituição de dois Fundos de Natureza Previdenciária assim considerados o FUNDO DE PREVIDÊNCIA e o FUNDO FINANCEIRO, que passaram a ser geridos pela PARANAPREVIDENCIA.

Para o FUNDO DE PREVIDÊNCIA, englobando os servidores ativos, que na data de publicação da Lei-PR nº 12.398/98, contavam com menos de 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, adotou-se, como forma de financiamento, o Regime de Capitalização, ao passo em que, para o FUNDO FINANCEIRO, que englobou os servidores que na data de publicação daquela Lei eram inativos, juntamente com os servidores ativos que naquela data contavam com idade superior a 50 anos, os homens e 45 anos, as mulheres, adotou-se, como forma de financiamento, o Regime de Repartição.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Desde a inauguração do novo modelo o Estado do Paraná buscou dar atendimento ao Plano de Custeio estabelecido (Tabela 8), tendo inclusive, transferido à PARANAPREVIDÊNCIA créditos oriundos dos royalties de Itaipu.

Tabela 8 – Plano de Custeio Estabelecido pela Lei-PR nº 12.398/98

| Alíquota de Contribuição | Composição | | Base de Cálculo |
|--------------------------|-----------------|----------------------|--|
| | Cont. do Estado | Cont. dos Servidores | |
| 21,93* | 10% | 10% | Total da remuneração do cargo efetivo, proventos e pensão até R\$ 1.200,00 |
| | 14% | 14% | Total de remuneração do cargo efetivo, proventos ou pensão que exceda a R\$ 1.200,00 |

* A transferência total do montante de contribuição resultante da incidência da alíquota total.

Para a avaliação do exercício de 2010, foram apurados os percentuais indicados na tabela a seguir, em face do Plano de Custeio vigente.

Tabela 9 – Plano de Custeio Vigente

| Tipo de Cobertura | Custeio "Puro" * 1 Vigente (em % da folha de remuneração) |
|---|--|
| (1) Aposentadorias não Decorrentes de Invalidez | 11,68% |
| (2) Aposentadorias Decorrentes de Invalidez | 0,92% |
| (3) Pensão por Morte | 3,63% |
| (4) = (1) + (2) + (3) Custo Normal Puro | 16,23 % |
| (5) Custeio Suplementar Relativo à Amortização por Perpetuidade dos Serviços Passados | 5,70 % |
| (6) = (4) + (5) Custeio Total Puro | 21,93 % |

*1 "Puro" significa que o Plano de Custeio, aqui apresentado, não inclui qualquer sobrecarga destinada ao custeio das despesas administrativas do Plano.

O Custeio Puro de 21,93%, que inclui a contribuição paritária do Estado do Paraná, considera a média original de 10,965% da contribuição dos segurados obtida a partir da taxa escalonada de contribuição de 10% sobre a parcela da renda mensal não excedente a R\$ 1.200,00 e de 14% sobre a parcela da renda mensal excedente aos referidos R\$ 1.200,00. Também, esse custeio de 21,93% pressupõe que sobre a totalidade dos proventos de inatividade e sobre as pensões incidem uma contribuição total (segurado + paridade contributiva do Estado) de 21,93%, sem qualquer exceção.

Ao longo do tempo, a execução do Plano de Custeio sofreu uma série de intercorrências de ordem estrutural e conjuntural. Sob a ótica estrutural, destacam-se a não realização da contribuição de inativos e pensionistas nos níveis determinados e o questionamento judicial na progressividade da alíquota de contribuição, o que, na prática, tem feito com que o nível de contribuição dos servidores ativos se dê em índice equivalente a 10%, quando o esperado seria uma contribuição média da ordem de





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

10,96%. Do ponto de vista conjuntural, destacam-se a sobrevivência das Emendas Constitucionais nºs 41 e 47, o expressivo acréscimo no número de servidores admitidos pelos concursos públicos realizados pelo Estado, a reestruturação dos Quadros e Carreiras do Estado. Incorporando às remunerações, proventos e pensões, ganhos e recomposições salariais significativas, bem acima das previsões atuariais.

É importante destacar, também, que em vista dos Convênios firmados, o Fundo de Previdência vem assumindo o encargo com o pagamento dos beneficiários de todos os Poderes do Estado, precisamente, dos segurados classificados para o Fundo de Previdência. O Estado do Paraná é hoje, o único ente federado que possui uma gestão previdenciária centralizada em um único Órgão Gestor.

O cumprimento, pelo Estado, quanto à execução do Plano de Custeio vigente, demonstra um Ativo Líquido vinculado ao Fundo de Previdência na ordem de R\$ 10,3 bilhões, conforme explicitado no Balanço do exercício de 2010 da PARANAPREVIDÊNCIA. E mesmo com a indicação desse ativo, o Parecer Atuarial que trata da situação financeira/atuarial do Fundo de Previdência, emitido pelo atuário externo da PARANAPREVIDÊNCIA, indica a existência de déficit.

A Tabela a seguir - Tabela 10 – demonstra a situação do regime previdenciário do Estado.

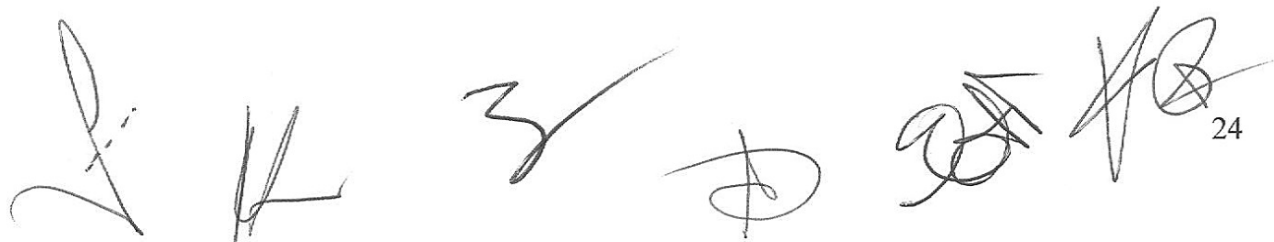
Tabela – 10 Reservas Matemáticas Estimadas

Quadro Comparativo nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

| Reservas Matemáticas | 2008 | 2009 | 2010 |
|--|--------------------|--------------------|-------------------|
| (1) Benefícios Concedidos | 3.213.018.318,00 | 4.045.726.486,51 | 5.680.679.803,14 |
| (2) Benefícios a Conceder | 8.737.955.389,00 | 10.977.737.837,37 | 14.406.469.337,90 |
| (3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder | 11.950.973.707,00 | 15.023.464.323,88 | 20.087.149.141,04 |
| (4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados | (4.759.426.310,00) | (5.442.829.292,00) | -6.354.800.956,00 |
| (5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas | 7.191.547.397,00 | 9.580.635.031,88 | 13.732.348.185,04 |
| (6) = (7) – (5) Resultado Técnico | (245.781.371,98) | (1.017.846.676,15) | -3.442.130.614,04 |
| (7) = Ativo Líquido do Fundo de Previdência | 6.945.766.025,02 | 8.562.788.355,73 | 10.290.217.571,00 |

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.



24



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (Art. 17 da LC 101/2000).

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2012.

| Tabela 11 – Saldo da Margem de Expansão em 2012 | | Em R\$ 1000 |
|---|--|------------------|
| Discriminação | | 2012 |
| 1. Arrecadação de Tributos e Contribuições | | 1.794.689 |
| 2. Transferências Constitucionais e Legais | | 430.785 |
| 3. Saldo (1-2) | | 1.363.904 |
| 4. Despesas Comprometidas | | 1.363.061 |
| Pessoal | | 503.914 |
| PASEP | | 5.886 |
| Pecatórios | | 16.975 |
| Instalação da Defensoria Pública | | 28.000 |
| Ações relativas à COPA FIFA 2014 | | 5.000 |
| Vinculação aos Outros Poderes | | 264.341 |
| Vinculação para a Saúde | | 126.982 |
| Vinculação para o Ensino Público | | 394.988 |
| Vinculação para a Ciência e Tecnologia | | 16.975 |
| 5. Margem de Expansão | | 843 |



ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2012, conta com riscos fiscais decorrentes da incerteza dos reflexos gerados pela não definição da Reforma Tributária até o encaminhamento deste projeto de lei para apreciação da Assembleia Legislativa.

O estabelecimento do valor do piso salarial nacional, assim como, a alteração do horário de trabalho dos professores, que poderão dedicar um terço de sua carga horária à hora atividade, ficando neste período fora da sala de aula, acarretará o comprometimento de mais recursos do Tesouro Geral do Estado com a folha de Pessoal e Encargos Sociais, haja vista, a necessidade de se recompor o quadro de professores.

A regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, tramitando no Congresso Nacional, pode refletir num aumento de despesas não previsto até então.

Qualquer proposta de novas vinculações, ou de aumento de percentual de vinculação da Receita de Recolhimento Centralizado do Estado pelos Outros Poderes e Ministério Público, poderão inviabilizar o programa de trabalho do Poder Executivo para o exercício. A Tabela 11 demonstra margem mínima de expansão, o que permite dizer que qualquer acréscimo de vinculação não poderá ser suportado com a previsão de receita apresentada na composição deste documento.



26



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 451/11

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel que especifica.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel descrito no livro n.º 3-H de Transcrição das Transmissões n.º 11.282, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - O imóvel doado fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, só poderá ser utilizado para o funcionamento da Biblioteca Cidadã, retornando ao patrimônio do Estado em caso de outra destinação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





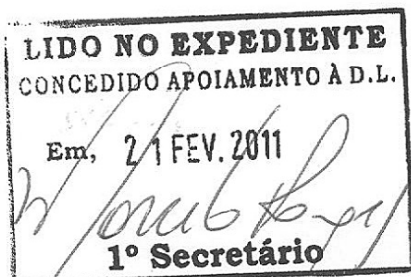
DEP. STEPHANES JUNIOR

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



REINHOLD STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



PROJETO DE LEI Nº 064/11

SÚMULA: Institui os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, no âmbito de todo o estado, e dá outras providências.

Art. 1º Institui os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, no âmbito de todo o território do estado.

Art. 2º Para efeitos desta lei o evento paradesportivo, cultural e social deverá ter sua abrangência em todo estado do Paraná e, o maior número possível de pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

Parágrafo Único. Tem como objetivo os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná incentivar a competição esportiva entre os atletas portadores de deficiência física, e consequentemente possibilitar o conagraamento e aperfeiçoamento dos mesmos.

Art. 3º O Poder Executivo e seus órgãos auxiliares apresentarão regulamento próprio estabelecendo os procedimentos e as normas técnicas a serem seguidas.

Art. 4º O Poder Executivo ou seus órgãos assistentes poderão firmar convênios com entidades da sociedade organizada, públicas ou privadas para consecução dos objetivos desta lei.

Art. 5º Fica incluído no Calendário Oficial do Estado os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A data de que trata o caput deste artigo, poderá ser definida pelo Poder Executivo, e/ou em conjunto com Associação(s) e/ou Conselho(s) representantes de pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida.



1541 21/02/2011 090572 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Art. 6º Dos Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, poderão também participar paraatletas oriundos de outros Estados e Países.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias existentes, suplementadas se necessárias, ficando obrigatória sua inclusão nos orçamentos futuros.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 2011.


STEPHANES JÚNIOR
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A promoção social, da prática do esporte e da inclusão são deveres constitucionais do Estado.

A prática desportiva tem, comprovadamente, sido um dos melhores instrumentos de fomento da sociedade, seja melhorando a qualidade de vida dos praticantes, seja pela oportunidade de entretenimento e sociabilidade, enfim possui um poder sinérgico ímpar.

A atenção diferenciada às pessoas portadoras de necessidades especiais e mobilidade reduzida é uma forma de humildemente tentar diminuir as restrições cotidianas, além de dar direito isonômico no que tange a competitividade e participação esportiva. É uma ação de consciência e coerência.

Assim, nada melhor que conciliar políticas publicadas de atividades esportivas pensadas e planejadas para todos, isenta de discriminação, com eventos aonde possam, além de uma maior interação com pessoas de outras comunidades, exercitar uma competitividade saudável.

Constitucionalmente a iniciativa parlamentar justifica-se visto que não se criam despesas, além do que uma proposta como a apresentada norteia a alvitra uma ação que seja complementada e regulamentada pelo Poder Executivo.

Sendo assim, julgando tratar-se de matéria com teor de grande relevância social para os cidadãos do Estado do Paraná, o autor apresenta o projeto aos nobres Pares, solicitando seu apoio para sua aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI 064/11 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Autor: Deputado Stephanes Junior

Súmula: Institui os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, no âmbito de todo o Estado e dá outras providências.

**EMENTA: INSTITUI OS JOGOS
PARADESPORTIVOS NO ESTADO DO PARANÁ.
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.
ANÁLISE FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Ilustre Deputado Stephanes Junior, tem como finalidade instituir os Jogos Paradesportivos no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, Parágrafo 2., I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



O artigo 23, II da Constituição Federal, estabelece que:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - ...

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Na mesma esteira, o artigo 12, II da Constituição Estadual igualmente estabelece:

Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

I - ...

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Resta claro, portanto, que a previsão para instituir os jogos paradesportivos consoante o presente Projeto de Lei, os quais, certamente, elevam a dignidade aos portadores de deficiência, dá causa à inserção na sociedade, bem como, traz inúmeros benefícios pessoais aos participantes, está dentre as competências do Estado.

O Art. 65 da Constituição Estadual prevê que:

A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

E o Art. 66, também da Constituição Estadual estabelece que:

Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

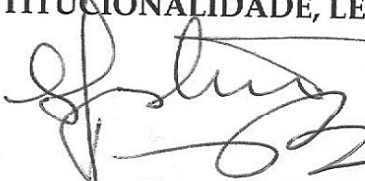
Desta forma, a levar em conta que o presente projeto de lei não visa criar cargos ou funções públicas, não altera regime de servidores públicos ou a organização da defensoria pública, polícia civil e militar, bem como, não cria ou altera secretaria ou atribuição a ela destinada; e por fim, não interfere, também, na competência privativa prevista no artigo 87 da Constituição Estadual, o Projeto de Lei em comento pode ser de iniciativa legislativa.

Por se tratar de previsão para instituir os jogos paradesportivos, os quais, devem ser regulamentados pelo Poder Executivo, através de sua Pasta própria, não se pode dizer que traz aumento de despesa ao Estado.

Quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei, igualmente, cumpre com a LC 95/98.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E JURIDICIDADE**.


Deputado HERMAS JUNIOR

Relator







PARECER AOS PROJETOS DE LEI Nº 064/11 E 152/11

DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

Autor: Deputado Stephanes Junior

Súmula: Institui os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, no âmbito de todo o Estado e dá outras providências

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Reinhold Stephanes Junior, institui os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, no âmbito de todo o estado, e dá outras providências. Tendo como objetivo de inclusão dos deveres constitucionais dirigidos as pessoas com deficiência.

FUNDAMENTAÇÃO

De início compete à Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, em consonância ao disposto no artigo 33, §8 do REGIMENTO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, manifestar-se sobre:



"Art. 33 ...

§ 8º - À Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico e ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador; manifestar-se em proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, apoiando medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científico do Estado, constituído de entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e por unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico." (grifo nosso)

Foi a propositura encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, para exame da matéria, quanto aos aspectos constitucional, legal e jurídico, que exarou parecer favorável à aprovação do projeto.

Vem a propositura, nesta oportunidade, ao exame desta Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

No que nos compete opinar, entendemos ser a propositura merecedora do nosso apoio, a prática do esporte alem de propiciar uma melhor qualidade de vida, possibilita o aumento do convívio social, tornando o cidadão mais participativo em sua comunidade. Comprovadamente, o estímulo da prática desportiva para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, possibilita a descoberta de um universo diferente do seu cotidiano, revelando potencialidades ocultas.

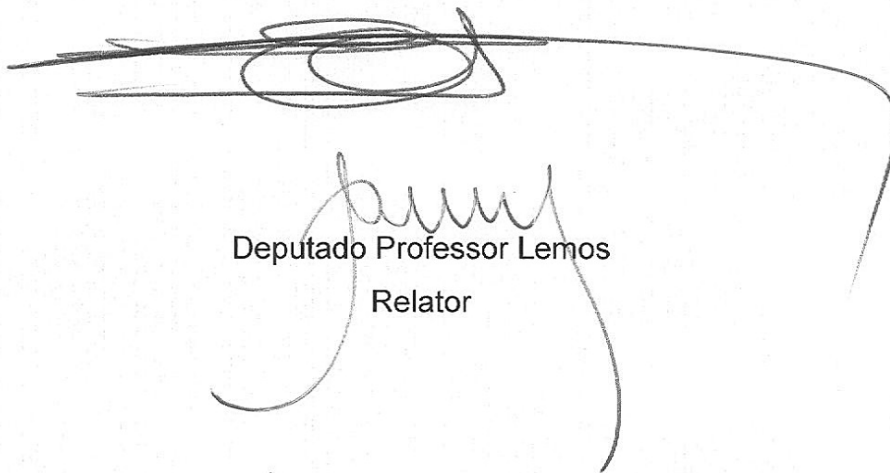


Vale ressaltar que Jogos Paradesportivos já existentes em outros Estados, têm corroborado a teoria da melhora física e mental das pessoas com deficiência, posto que a possibilidade de um maior círculo de amizades, o convívio com outras pessoas, e o envolvimento com o esporte acarretam o aumento da auto-estima, evitando desta forma o estado depressivo.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, manifestamo-nos FAVORAVELMENTE ao Projeto de lei nº 064, de 2011.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011.



Deputado Professor Lemos
Relator



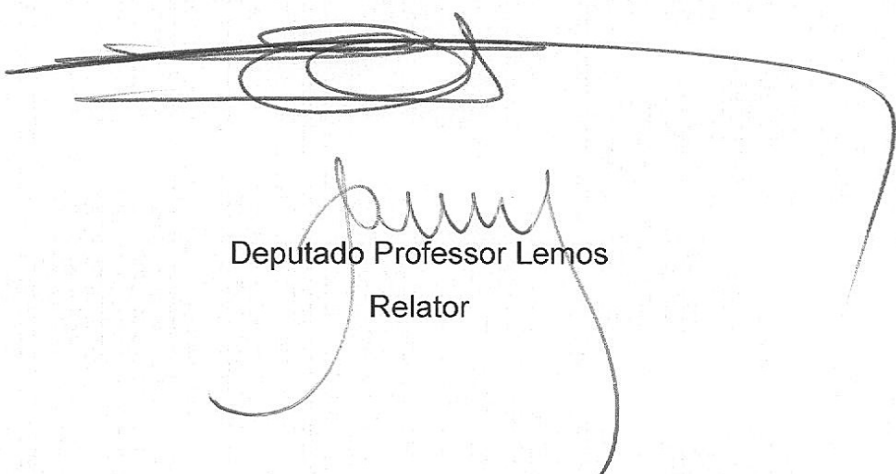


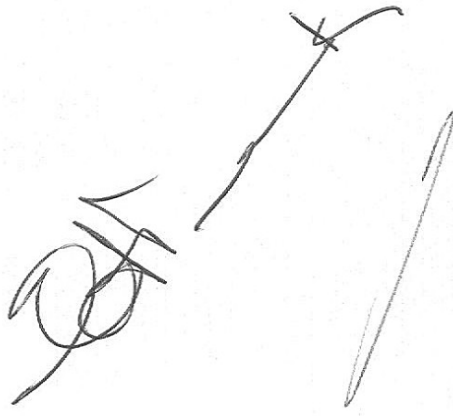

Vale ressaltar que Jogos Paradesportivos já existentes em outros Estados, têm corroborado a teoria da melhora física e mental das pessoas com deficiência, posto que a possibilidade de um maior círculo de amizades, o convívio com outras pessoas, e o envolvimento com o esporte acarretam o aumento da auto-estima, evitando desta forma o estado depressivo.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, manifestamo-nos FAVORAVELMENTE ao Projeto de lei nº 064, de 2011.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011.


Deputado Professor Lemos
Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI No.064/2011 **(anexado ao PL 152/2011)**

SÚMULA: Institui os Jogos Paradesportivos do Estado do Paraná, no âmbito de todo o estado e dá outras providências.

AUTOR: Deputado Stephanes Junior.

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

ANÁLISE:

Da Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09.12.75, destacamos "a proclamação da necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem estar e reabilitação daqueles que estão em desvantagem mental e física".

Já na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, o item 3 declara: "As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais de seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível" e em seu item 5 "As pessoas deficientes têm o mesmo direito a medidas que visem capacitá-las a tomarem-se tão autoconfiantes quanto possível".



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Nesse sentido, o esporte é um grande aliado, pois promove a inclusão social, a convivência saudável, o estímulo ao desenvolvimento sadio através da competição moderada e orientada, além de ser instrumento de desenvolvimento físico, o que sempre auxilia na melhor qualidade de vida de quem possui limitações físicas e/ou mentais.

O reconhecimento dessa realidade já levou o mundo a instituir competições esportivas voltadas a estes competidores especiais, haja vista os "Jogos Paraolímpicos", instituídos em 1960, que são o maior evento esportivo mundial envolvendo pessoas com deficiência. Além disso, outros estados do Brasil já aderiram a essa excelente idéia.

PARECER:

Diante do exposto, somos de PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em pauta.

Sala de Reuniões, em 20 de junho de 2011.


DEP. TADEU VENERI
Presidente

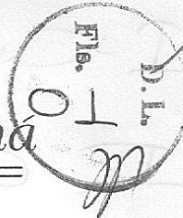

DEP. ROSE "LITRO"
Relatora



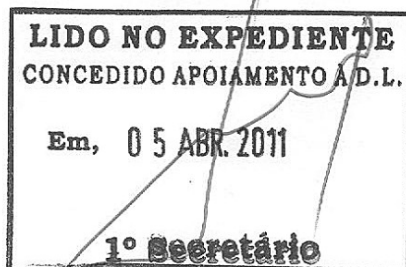


DEP. Luiz Eduardo Cheida
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Projeto de Lei Nº 236/2011



Súmula: Dispõe sobre os requisitos a serem seguidos para a declaração de utilidade pública e adota outras providências.

Art. 1º A Declaração de Utilidade Pública Estadual somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I-pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado.

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa.

III- que a entidade não tenha fins lucrativos e em seu estatuto social conste sua natureza jurídica, sua finalidade, sua missão, seus objetivos e que não distribua lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objetivo social.

IV- que acoste declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados e que os serviços que prestam são de relevante interesse público;

V- que conste em seu estatuto gestão administrativa e patrimonial que garantam e preservem o interesse público e em caso de dissolução e devida destinação do patrimônio a entidade sem fins lucrativos;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



VI- que conste documento contábil que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e certidão do Tribunal de Contas do Paraná, quando for o caso.

VII- declaração do presidente da entidade quanto ao recebimento presente ou passado de repasse de recursos públicos sejam eles municipais, estaduais, federais ou de entes internacionais.

§ 1º As entidades de cunho de assistência social, deverão comprovar a inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 2º As demais entidades deverão apresentar declaração de órgão público municipal, na pessoa de seu titular, que prestam serviço relevante à comunidade local e qual sua área de atuação, exceto quando já tenham título de utilidade pública municipal.

Art.2º O autor do projeto de lei, deverá declarar que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade, a qual propõe a declaração de utilidade pública.

Art. 3º As entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Art. 4º. Será cassada a declaração de utilidade pública da entidade que comprovadamente:

I - deixar de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos recebidos, no último ano, sendo que aquele órgão comunicará a Assembleia Legislativa o não cumprimento da norma, sem motivo justificado.

II - deixar ou se negar a prestar os serviços compreendidos nos fins estatutários para a qual foi constituída;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D.L.
FIC 03
M

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei.

Art.6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a lei 6.994 de 10 de janeiro de 1978.

Sala das Sessões, em


LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



mm

JUSTIFICATIVA

A presente medida tem por objetivo normatizar as condições para que a entidade possa ser declarada de utilidade pública estadual, com critérios condizentes aos princípios constitucionais da legalidade e da moralidade e ainda, com foco maior no interesse público.

A utilidade pública deve ser reconhecida àquela entidade que de fato, preste serviço de auxílio ao poder público, sem aferir lucro e ser reconhecidamente de interesse relevante.

Importante que se diga que o artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quando da sua publicação, previu a necessidade de um reexame para a verificação da condição de utilidade pública, na forma da lei.

Com efeito, a verificação a que se refere o texto constitucional é necessária que se efetive, mas a proposta que ora se apresenta deve ser um divisor de águas na forma como a matéria atualmente como se processa, pelo fato de as entidades pleitearem a declaração de utilidade pública com vistas também a obtenção de recursos públicos e outros benefícios.

Desde sempre recursos públicos devem ser aplicados para o atendimento público, todavia, as tecnologias de informação são mecanismos de fiscalização e favorecimento a transparência na aplicação.

É evidente que as entidades que desempenham funções voltadas ao atendimento de pessoas, de cuidado com o meio ambiente e de pesquisa, além de outras, são braços do poder público e muito se deve a elas. Então nada mais correto que a essas entidades sejam declaradas e reconhecidas de utilidade pública pela lei, para que possam gozar de benefícios que lhe são facultados.

Entretanto, ao propor a declaração de utilidade pública, deve o parlamentar ou ainda o Chefe do Poder Executivo, ter o cuidado na verificação do real interesse público da entidade.

Por derradeiro, cumpre lembrar que nos dez últimos anos a produção legal desta Casa, girou em torno de 3.365 leis, sendo que destas, 2.120 foram para declarar a utilidade pública de instituições de diversos seguimentos. Eis mais um respaldo para que a medida seja aprovada pelos pares desta Assembleia Legislativa.

Ch

PROJETO DE LEI 286/2011 – AUTOR: DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

SÚMULA: DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS A SEREM SEGUIDOS PARA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**EMENTA: REGULAMENTAÇÃO
CRITÉRIOS E CONDIÇÕES PARA
DECLARAÇÃO DE ENTIDADE DE
UTILIDADE PÚBLICA. CRITÉRIOS
ADEQUADOS. PRINCÍPIOS
MORALIDADE E LEGALIDADE
ADMINISTRATIVAS.
CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE.
APROVAÇÃO.**

Síntese:

O Projeto de Lei nº. 286/2011 dispõe sobre a requisitos e critérios a serem seguidos para a declaração de utilidade pública para entidades da sociedade civil e adota outras providências.

Fundamentação:

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe no seu art. 33, §2º, I, que à Comissão de Constituição e Justiça compete analisar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa do Projeto de Lei proposto.

A Constituição do Estado do Paraná dispõe no art. 66¹ que compete privativamente ao Governador do Estado dispor sobre a criação de novas atribuições às Secretarias de Estado.

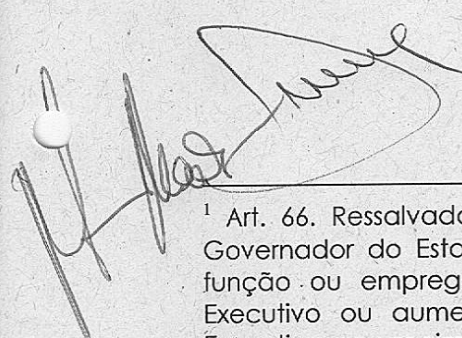
A definição de condições para disciplinar o enquadramento em regime estadual de declaração de utilidade pública não se encontra no rol taxativo do artigo 66 da Constituição Estadual.

Desta forma, diante da constitucionalidade e adequação à legislação vigente **voto pela aprovação e regular prosseguimento da proposição nº 286/2011.**

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator


¹ Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: (...) I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva; III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar; IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. § 1º. O Governador do Estado pode solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa. § 2º. No caso do § 1º deste artigo, se a Assembleia Legislativa não se manifestar, em até 45 (quarenta e cinco) dias sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação. § 3º. O prazo do parágrafo anterior não flui no período de recesso da Assembleia Legislativa, nem se aplica aos projetos de código, leis orgânicas e estatutos.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY
Gabinete Deputado Caíto Quintana



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
PARECER AO PROJETO DE LEI 286/11

Projeto de Lei nº 286/11

Autor: Deputado Luiz E Cheida

PREFÁCIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, visa dispor sobre os requisitos a serem seguidos para a declaração de utilidade pública e adota outras providências.

DA TRAMITAÇÃO

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

Faz-se necessário a apresentação deste Projeto de Lei para que se reconheça aquela entidade que de fato presta serviço de auxílio ao poder público, sem aferir lucro e reconhecidamente de interesse relevante.

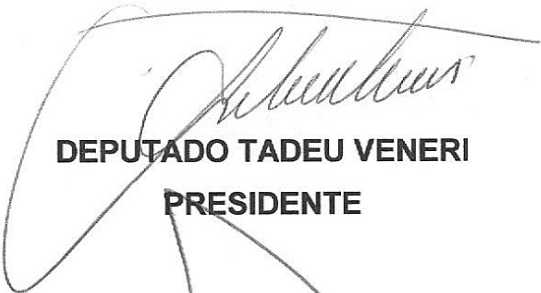
DA CONCLUSÃO



Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria relevante e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2011.



DEPUTADO TADEU VENERI
PRESIDENTE



DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Projeto de Lei nº 293/11

Autor: Deputado Estadual Fabio Camargo

Súmula: Institui o Dia Estadual dos Trabalhadores em Turismo, Hospedagem, Gastronomia, Entretenimento, Diversão e Lazer.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Fabio Camargo, objetiva instituir o Dia Estadual dos Trabalhadores em Turismo, Hospedagem, Gastronomia, Entretenimento, Diversão e Lazer, a ser comemorado no dia 11 de agosto de cada ano.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

Acerca do tema, assim dispõe destacada doutrina constitucionalista:

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Ademais, tendo em vista a modificação da redação do Artigo 2º, que determina que a Lei "entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação" e "revogadas as disposições em contrário", do presente projeto de lei, que acaba violando o disposto no artigo 9º da Lei Complementar 95/98, que aduz:

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Assim, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar este vício.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, de de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR



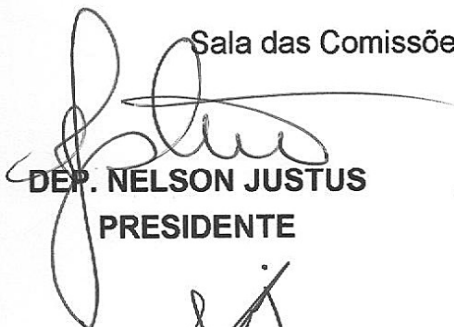
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 293/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em de de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

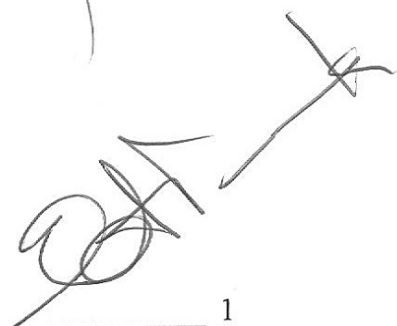

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR













Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 293/11

Projeto de Lei n. 293/11

Autor: Deputado Fábio Camargo.

Súmula: Insere ao Calendário Oficial do Estado o Dia Estadual dos Trabalhadores em turismo, hospedagem, gastronomia, entretenimento, diversão e lazer.

EMENTA: INCLUSÃO DE DATA COMEMORATIVA NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO. DIA ESTADUAL DOS TRABALHADORES EM TURISMO, HOSPEDAGEM, GASTRONOMIA, ENTRETENIMENTO, DIVERSÃO E LAZER. POSSIBILIDADE. PARECER FAVORAVEL.

PRÊAMBULO

Busca o projeto em análise, de autoria do Deputado Fábio Camargo, a inserção no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia Estadual dos trabalhadores em turismo, hospedagem, gastronomia, entretenimento, diversão e lazer, a ser comemorado anualmente no dia 11 de agosto.

O projeto foi atuado sob o nº 293/11 e na seqüência encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça recebendo parecer favorável, porém com a sugestão de Emenda Modificativa, em aplicação ao artigo 137, §1 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Após o Projeto Lei foi encaminhado para a Comissão de Turismo.

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

DO MÉRITO.

O presente projeto objetiva valorizar os profissionais que trabalham em empresas de turismo, agência de viagens, hotéis, motéis, pousadas, restaurantes, bares, churrascarias, casas noturnas, lanchonetes, cafés entre outros, estendendo a comemoração do dia do garçom a todos estes trabalhadores.

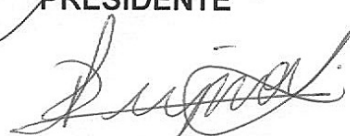
Considerando que atualmente o setor gera aproximadamente 57 mil empregos diretos e ainda a proximidade da Copa de 2014 é certo que os profissionais de turismo merecem um maior reconhecimento, portanto o mérito do presente Projeto de Lei é relevante, não havendo qualquer óbice que impeça o prosseguimento regular do mesmo.

DA CONCLUSÃO

Não havendo qualquer vício legislativo, e considerando que a matéria é relevante somos pela normal tramitação e pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões 16 de julho de 2011.


ANIBELLI NETO
PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Anibal Khury

D.L.

Fls. 01

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 06 ABR. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 293/ DE 2011.

SUMULA: Institui o dia estadual dos trabalhadores em turismo, hospedagem, gastronomia, entretenimento, diversão e lazer.

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual dos Trabalhadores em Turismo, Hospedagem, Gastronomia, Entretenimento, Diversão e Lazer, a ser comemorado em 11 de agosto, anualmente.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação, conforme estabelece a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro em seu Artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões, 06 de Abril de 2011.


FABIO CAMARGO
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O projeto tem como objetivo a valorização dos profissionais que trabalham em empresas de turismo, agências de viagens, hotéis, motéis, pousadas, restaurantes, bares, churrascarias, Casas noturnas, shows e jogos, lanchonetes, pizzarias, cafés, boites, sorveterias, casas de chá, buffets e similares, o dia 11 de agosto é tradicionalmente comemorado o dia do Garçom, mas os demais profissionais do segmento precisam ser prestigiados, vale ressaltar que é o setor que mais cresce no País e no Paraná não é diferente, segundo o RAIS do Ministério do Trabalho no Estado foram gerados 57 mil empregos formais e diretos e com a confirmação do Paraná como sede de jogos da copa do mundo atraíra novos investimentos e presença de turistas do mundo inteiro e será a categoria que atenderá os milhares de cidadãos do mundo em nossa terra, nada mais justo do que essa merecida homenagem.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Edmilson Antonio de Lima, nascido no Município de Jacarezinho. Filho de Benedito Góis de Lima e Olímpia de Souza Lima, casado com a Sra. Arely Feitosa da Costa Lima, tendo dois filhos, Júlia Carolina Costa Lima e Mateus Gabriel Costa Lima.

O nosso homenageado exerceu, com distinguida relevância, diversas atividades, culminado com o de Juiz Titular da Vara de Trabalho, Presidente da Junta e Conciliação e Julgamento.

O seu vasto curriculum vitae, em anexo, justifica a proposição ora apresenta e que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 318/2011

Projeto de Lei nº 318/2011

Autor: Deputado Estadual Dr. Batista

Súmula: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ AO DOUTOR EDMILSON ANTONIO DE LIMA.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Edmilson Antonio de Lima.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No que tange aos requisitos destinados a comprovação da reputação ilibada e conduta profissional e pessoal irrepreensíveis, o autor do presente projeto juntou a Certidão de Antecedentes Criminais, verificando-se assim que o Senhor Edmilson Antônio de Lima não possui antecedentes criminais, preenchendo os requisitos para concessão do Título de Cidadão Honorário.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, **opina-se pela APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

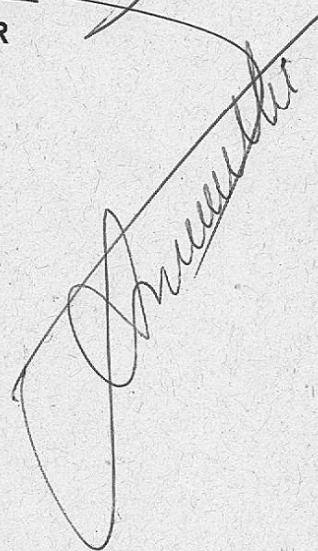
Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR









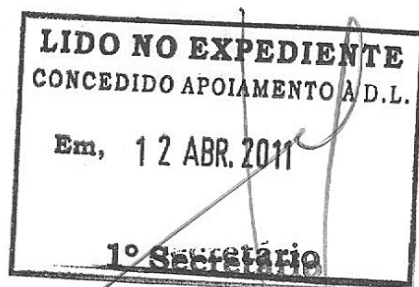
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D.L.

Fls. 01

[Handwritten signature]



PROJETO DE LEI Nº 318/11

Súmula: Concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Edmilson Antonio de Lima.

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Edmilson Antonio de Lima.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

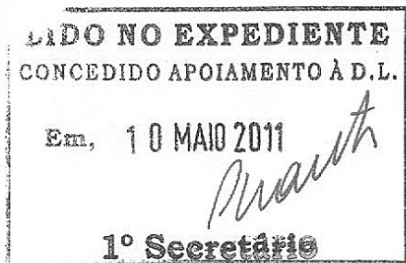
Sala das Sessões, em

[Handwritten signature]
DR. BATISTA
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI N. 392/11



Súmula: Dispõe sobre normas para as compras públicas pelo sistema "Registro de Preço", na forma que especifica.


Artigo 1º - O administrador público que adotar o "Sistema de Registro de Preços", visando a aquisição de bens e de serviços, deverá adquirir no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) dos bens definidos e estimados no processo de compra, salvo por motivo devidamente justificado, expondo as razões de fato e de direito, a fim de que seja comprovada a boa fé.

Artigo 2º. No caso do não cumprimento do disposto no artigo anterior, fica a Administração Pública sujeita às sanções cabíveis pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo de medidas legais no âmbito civil.

Artigo 3º. Estão sujeitos à aplicação dessa Lei, todos os órgãos públicos afetos ao controle e fiscalização do Tribunal de Contas do Estado Paraná.

Artigo 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA

As normas gerais para o sistema de compras pela modalidade registro de preços assim estão fixadas na lei 8666/93:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5º O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será

obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

§ 8º O recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 desta Lei, para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros.

Não há na Lei 8666/93, bem como nos decretos regulamentares, a regulamentação explícita de importante questão que diz respeito a quantidade estimada em licitação e a quantidade efetivamente adquirida.

Tal questão fica ao livre arbítrio dos conceitos da razoabilidade, boa-fé e correta realização da estimativa na fase interna da licitação.

A lei somente estabelece que não há obrigação de contratar pelo registro de preços podendo realizar outra forma de aquisição prevista na lei de licitações, desde que respeitada a preferência do fornecedor vencedor do registro de preços (art. 15 da Lei 8666/93, acima transcrito).

Contudo, há casos em que a Administração não realiza outras formas de compras. Realiza tão somente o registro de preços para determinada compra e mesmo assim não adquire a quantidade estimada inicialmente, com a qual os fornecedores balizaram seus preços.

Assim, muitos órgãos públicos vêm abusando do mau uso do registro de preços super estimando compras de modo a conseguir menores preços graças a economia de escala. Por exemplo: publica-se edital de licitação na forma de registro de preços para aquisição de 100.000 (cem mil) unidades de um produto e após firmar ata com o fornecedor vencedor a Administração efetivamente compra 5.000 (cinco mil) unidades, causando notório prejuízo e frustração ao fornecedor.

Essa compra muito aquém do estimado resulta no abuso da boa fé dos empresários, bem como afronta o princípio da transparência, vinculação ao instrumento convocatório e regras de estimativa de compras.

Diante disso, propõe-se a interpretação do princípio da razoabilidade, fixando-se o percentual mínimo de compra sob registro de preços, ou admitindo-se justificativas, de modo a penalizar o administrador e responsáveis pela má-fé e mau uso de um sistema de compras que se bem utilizado pode contribuir e muito para a agilidade e transparência das compras públicas.

Se as compras por registro de preços são seriadas, não podem possuir uma margem de erro tão grande como a que tem sido verificada. Acaso

verificada uma hipótese extraordinária, estipulou-se na Lei a possibilidade de justificativa para afastar punições.

A Administração Pública deve dar exemplo de lisura e transparência. Ao realizar estimativas irreais, o Poder Público prejudica a ampla competição e a isonomia da licitação, direcionando a compra para grandes distribuidores que muitas vezes sofrerão prejuízos de compras em quantidade muito inferior à estimativa.

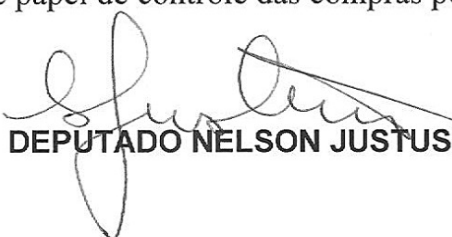
Outrossim, o artigo 113 da Lei 8666/93 dispõe que:

“Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.”

Diante do fato da presente regulamentação decorrer justamente da correta aplicação da Lei 8666/93, ressalta-se no presente texto legislativo a possibilidade dos interessados apresentarem Representação perante o Tribunal de Contas exigindo a aplicação da regra interpretativa.

Com a adoção dessas medidas, espera-se que o importante instituto do registro de preços retome sua credibilidade, com a sociedade exercendo o importante papel de controle das compras públicas.


DEPUTADO NELSON JUSTUS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 392/2011

Projeto de Lei nº 392/2011

Autor: Deputado Estadual Nelson Justus

Súmula: Dispõe sobre normas para as compras públicas pelo sistema "Registro de Preço", na forma que especifica.

EMENTA: NORMAS PARA COMPRAS PÚBLICAS PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. LEI FEDERAL Nº 8.666/93 ART. 113 E 115. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Estadual Nelson Justus, tem por finalidade apresentar normas para as compras públicas pelo sistema "Registro de Preço".

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O projeto de lei em questão visa normatizar a aquisição de bens e serviços, pelo administrador público, através do sistema de “registro de Preço”, determinando que seja adquirido no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) dos bens definidos e estimados no processo de compra.

Quanto à legitimidade da iniciativa parlamentar, a **Lei Federal nº 8.666/93** estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, afirmando que **os órgãos da administração, INCLUINDO OS ESTADOS, detêm competência para expedirem normas aos procedimentos operacionais observados na execução das licitações no âmbito de sua atuação**, conforme seu art. 115

Art. 115. Os órgãos da Administração poderão expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações, no âmbito de sua competência, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. As normas a que se refere este artigo, após aprovação da autoridade competente, deverão ser publicadas na imprensa oficial. (Grifo Nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Nesse momento, importante frisar, que com relação aos órgãos da Administração Pública, estes podem ser da Administração Pública Direta ou da Administração Pública Indireta.

Para demonstrar a competência do nobre parlamentar, ressalta-se que o **Estado é integrante dos órgãos da Administração Pública Direta** e, portanto, pode perfeitamente expedir normas relativas aos procedimentos operacionais a serem observados na execução das licitações no âmbito de sua atuação (Art. 115 Lei Federal nº 8.666/93).

Ainda, no referido projeto de lei consta que a Administração Pública fica sujeita às sanções cabíveis pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná o que está plenamente de acordo com as normas vigentes, vide art. 113 da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.

Sendo assim, fica evidenciada a competência para que seja realizada a propositura do presente projeto de lei; uma vez que não afronta



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

nenhuma norma vigente do ordenamento jurídico brasileiro, bem como não se encontra nas hipóteses de competência privativa no Governador.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.


DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 392/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Nobre Deputado Nelson Justus, que dispõe sobre normas para as compras públicas pelo sistema "Registro de Preço", na forma que especifica.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional, legal e de técnica legislativa exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, estabelecida no art. 33, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, podemos observar que a matéria encontra-se amplamente justificada.

A matéria em questão objetiva normatizar a aquisição de bens e serviços, pelo administrador público através do sistema de "registro de preço", determinando que seja adquirido no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) dos bens definidos e estimados no processo de compra.

De igual modo, é importante salientar que a proposta está em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Desta forma, opinamos pela sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK
RELATORA

~~ANTE~~PROJETO DE LEI N.º 490/2011

Súmula: Autoriza a Companhia Paranaense de Energia – Copel a efetuar a permuta, com o Município de Foz do Iguaçu, do imóvel que especifica.

Art. 1º - Fica autorizada a Companhia Paranaense de Energia – Copel a efetuar a permuta do Imóvel de Matrícula n.º 33.977, do Livro 2, do 1.º Ofício do Cartório de Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu, de sua propriedade, com o Imóvel de Matrícula n.º 7.224, do Livro 2, do 2.º Cartório do Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu, de propriedade do Município de Foz do Iguaçu.

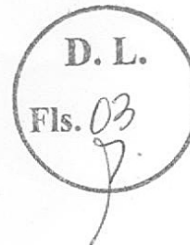
Art. 2º - O imóvel permutado a favor do Município de Foz do Iguaçu fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

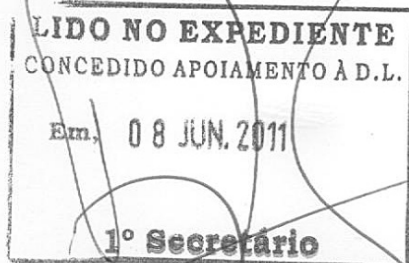
Curitiba, em 30 de maio de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 30 de maio de 2011
OF CEE/G 083/11



A DAT 71 presidencia e lei
tudo no expediente.

A DL 71 presidencia
L, 08.06.2011

Senhor Presidente,

[Signature]
Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 25/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
autoriza a Companhia Paranaense de Energia – Copel a permutar
imóvel com o Município de Foz do Iguaçu.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

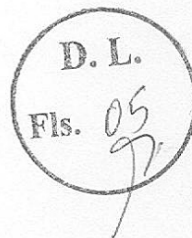
Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:28 08/06/2011 004287 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 25/2011

Curitiba, 30 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza a Companhia Paranaense de Energia – Copel, a permutar imóvel com o Município de Foz do Iguaçu.

Inicialmente, insta salientar que o presente Anteprojeto de Lei encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seus artigos 6.º, inciso III e 8.º, alínea c:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

c) permuta, por outro imóvel que seja destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha e desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia de ambos os bens;

Por permuta, entende-se o contrato pelo qual as partes transferem e recebem um bem, uma da outra, que se substituem reciprocamente no patrimônio dos permutantes. Há sempre na permuta uma alienação e uma aquisição de coisa, da mesma espécie ou não.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR



A permuta não se constitui em meio de alienação a título oneroso, uma vez que, desfazendo-se de um bem, acaba adquirindo outro, de forma que não haverá necessidade de concorrência para que seja efetuada a permuta almejada.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O art. 17 da Lei Ordinária Federal n.º 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;

O art. 24 da referida Lei, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei n.º 8.883, de 1994)

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e avaliação acerca do valor de mercado dos bens a serem permutados.

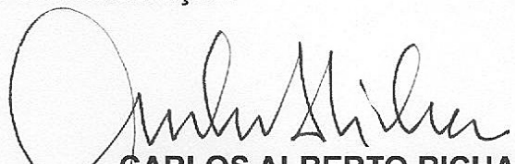
Ainda, a presente medida visa atender aos interesses públicos e à Administração Estadual, haja vista que, no imóvel que a Copel receberá do Município de Foz do Iguaçu, pretende-se instalar novo almoxarifado de materiais.

GABINETE DO GOVERNADOR



Cabe ressaltar que, por se tratar de permuta sobre imóvel certo e determinado, ela será concluída quando houver autorização legislativa para tal, tornando-se dispensável a licitação.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

PARECER AO PROJETO DE LEI 490/11

Projeto de Lei nº 490/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.025/11

Súmula: Autoriza a Companhia Paranaense de Energia – COPEL a efetuar a permuta, com o Município de Foz do Iguaçu, do imóvel que especifica.

EMENTA: AUTORIZA A COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL A EFETUAR PERMUTA DE IMÓVEL COM O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGOS 17 E 24 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 025/2011, visa autorizar a Companhia Paranaense de Energia - COPEL a efetuar permuta de imóvel com o Município de Foz do Iguaçu.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (Grifo nosso)

Por permuta, entende-se o contrato pelo qual as partes transferem e recebem um bem, uma da outra, bens esses que se substituem reciprocamente no patrimônio dos permutantes. Há sempre na permuta uma alienação e uma aquisição de coisa, da mesma espécie ou não.

A permuta não se constitui em meio de alienação a título oneroso, uma vez que o Estado, desfazendo-se de um bem, acaba adquirindo outro, de forma que não haverá necessidade de concorrência para que seja efetuada a permuta almejada.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo

dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;

O art. 24 da referida Lei, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de

lei e avaliação acerca do valor de mercado dos bens a serem permutados.

A licitação é dispensável, portanto, por se tratar de permuta sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de junho de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

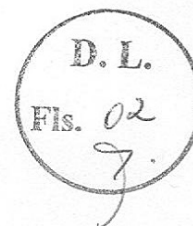


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI N.º 491/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a permuta, com o Município de Maringá, do imóvel que especifica.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a seguinte permuta de imóvel, com o Município de Maringá:

Imóvel do patrimônio do Município de Maringá:

- Data 08 da Quadra 125, Jardim Campos Elísios, medindo 2.000 m², Matrícula nº 92.140 do Registro de Imóveis - 1º Ofício de Maringá, doado ao Estado pela Lei Municipal nº 8.625, de 28 de abril de 2010.

Imóvel do patrimônio do Estado do Paraná:

- Data 5/6/7 da Quadra 348, no Conjunto Requião I - 4ª Parte, com 2.025 m², Matrícula nº 58.391 do Registro de Imóveis - 1º Ofício de Maringá.

Art. 2º - O imóvel permutado fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 1.º de junho de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

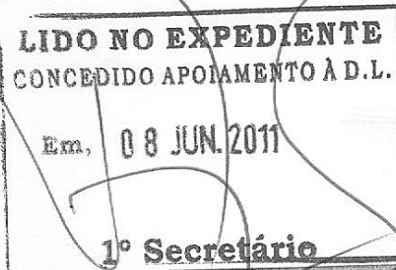
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 1.º de junho de 2011
OF CEE/G 084/11



I. À DAP p/ leitura no ex-
pediente.
II. À DL p/ providências
E. 06. 06. 2011

Senhor Presidente,

[Signature]
Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 11/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar permuta de imóvel com o Município de Maringá.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:28 08/06/2011 004288 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 11/2011

Curitiba, 1.º de junho de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a permuta, com o Município de Maringá, do imóvel que especifica.

Inicialmente, insta salientar que o presente Anteprojeto de Lei encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. **A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa** e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Por permuta, entende-se o contrato pelo qual as partes transferem e recebem um bem, uma da outra, que se substituem reciprocamente no patrimônio dos permutantes. Há sempre na permuta uma alienação e uma aquisição de coisa, da mesma espécie ou não.

A permuta não se constitui em meio de alienação a título oneroso, uma vez que o Estado, desfazendo-se de um bem, acaba adquirindo outro, de forma que não haverá necessidade de concorrência para que seja efetuada a permuta almejada.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

GABINETE DO GOVERNADOR



A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;

O art. 24 da referida Lei, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei n.º 8.883, de 1994)

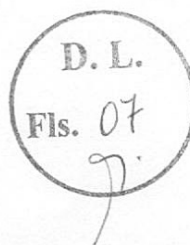
Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada mediante lei e avaliação acerca do valor de mercado dos bens a serem permutados.

Ainda, a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que, no imóvel que será recebido do Município de Maringá, o Estado do Paraná pretende instalar, por intermédio da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, a **CASA DA SEMILIBERDADE**, programa socioeducacional que beneficiará a população paranaense da região.

Desta forma, por se tratar de permuta sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

Sobre a supremacia do interesse público na realização de permuta de bem público, assim se manifestou o Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná:

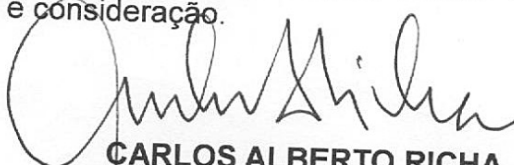
GABINETE DO GOVERNADOR



AÇÃO POPULAR. PERMUTA DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS POR BENS IMÓVEIS PARTICULARES VISANDO O ALONGAMENTO E ALARGAMENTO DE VIA URBANA. AUTORES QUE BUSCAM A INVALIDAÇÃO DO ATO. LESIVIDADE AMPARADA NO FATO DE QUE NUM DOS IMÓVEIS CEDIDOS AOS PARTICULARES HAVIA UMA PRAÇA ARBORIZADA E GRAMADA QUE SERVIA AO LAZER DAS PESSOAS LÁ RESIDENTES. ARTIGO 82 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO QUE VEDA A PERMUTA DE IMÓVEIS NOS QUAIS ESTEJA INSTALADA PRAÇA, RAZÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI QUE AUTORIZOU A PERMUTA. SENTENÇA QUE RECONHECE A ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CÂMARA MUNICIPAL E NO MÉRITO JULGA IMPROCEDENTE O PEDIDO. APELAÇÃO REITERANDO OS MESMOS ARGUMENTOS E DEFENDENDO A LEGITIMIDADE PASSIVA DA CÂMARA MUNICIPAL. Apelação 1. CÂMARA MUNICIPAL QUE POSSUI PERSONALIDADE JUDICIÁRIA APENAS NAS MATÉRIAS QUE DIZEM RESPEITO ÀS SUAS PRERROGATIVAS INSTITUCIONAIS E EM DEFESA DESSAS PRERROGATIVAS. PRECEDENTES DO STJ. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CÂMARA MUNICIPAL CONFIGURADA NESTE CASO. RECURSO DESPROVIDO NESSE PONTO. 2. LEI MUNICIPAL QUE AUTORIZOU A PERMUTA. ATO NORMATIVO QUE SE SUBMETEU AO REGULAR PROCESSO LEGISLATIVO. ÓBICE ESTABELECIDO PELO ARTIGO 82 DA REFERIDA LEI ORGÂNICA QUE NÃO LHE ATINGE PORQUE CONSOANTE COM O ARTIGO 182 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E COM O ESTATUTO DAS CIDADES. VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE QUE NÃO SE CONFIGURA NESTE CASO. DESAFETAÇÃO BEM FORMALIZADA. RECURSO DESPROVIDO NESSE PONTO. 3. PERMUTA. ATO ADMINISTRATIVO QUE VISOU ATENDER AOS DITAMES DO ESTATUTO DA CIDADE E REALIZAR A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE DE ACORDO COM A RESPECTIVA EXPANSÃO URBANA. ALARGAMENTO DE VIA PÚBLICA QUE TROUXE INÚMEROS BENEFÍCIOS A TODA A COLETIVIDADE. IMÓVEL CEDIDO NO QUAL NÃO ESTAVA INSTALADA PRAÇA PROPRIAMENTE DITA, MAS APENAS ÁREA GRAMADA E ARBORIZADA QUE, INCLUSIVE, ERA LOCALIZADA NUMA ÁREA INDUSTRIAL. ATO ADMINISTRATIVO QUE SE JUSTIFICA PELOS PRINCÍPIOS DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO, COMO TAMBÉM O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE, DA FUNÇÃO SOCIAL E DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECURSO DESPROVIDO NESSE PONTO. RECURSO DESPROVIDO. (TJPR - 4ª C. Cível - ACR 0415830-9 - Londrina - Rel.: Des. Marcos de Luca Fanchin - Unânime - J. 08.04.2008)

Destaque-se, por fim, que a permuta será concluída quando houver autorização legislativa para ambos os Poderes Executivos, Estadual e Municipal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

PARECER AO PROJETO DE LEI 491/11

Projeto de Lei nº 491/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.011/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a permuta, com o Município de Maringá, do imóvel que especifica.

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR PERMUTA DE IMÓVEL COM O MUNICÍPIO DE MARINGÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGOS 17 E 24 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 011/2011, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar permuta de imóvel com o Município de Maringá.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (Grifo nosso)

Por permuta, entende-se o contrato pelo qual as partes transferem e recebem um bem, uma da outra, bens esses que se substituem reciprocamente no patrimônio dos permutantes. Há sempre na permuta uma alienação e uma aquisição de coisa, da mesma espécie ou não.

A permuta não se constitui em meio de alienação a título oneroso, uma vez que o Estado, desfazendo-se de um bem, acaba adquirindo outro, de forma que não haverá necessidade de concorrência para que seja efetuada a permuta almejada.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação,

pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;

O art. 24 da referida Lei, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de

lei e avaliação acerca do valor de mercado dos bens a serem permutados.

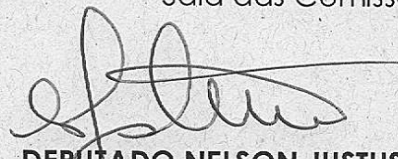
A licitação é dispensável, portanto, por se tratar de permuta sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

GABINETE DO GOVERNADOR



~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI N.º 53 /2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a permuta, com o Município de Ponta Grossa, do imóvel que especifica.

Art. 1.º – Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a permuta do Imóvel sob Transcrição n.º 30.391, do 1.º Cartório de Registro de Imóveis de Ponta Grossa, de sua propriedade, com o Imóvel de Matrícula n.º 5.130, do 3.º Serviço de Registro de Imóveis de Ponta Grossa, de propriedade do Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º – O imóvel permutado fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3.º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 15 de junho de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



Cabe ressaltar que, por se tratar de permuta sobre imóvel certo e determinado, ela será concluída quando houver autorização legislativa para tal, tornando-se dispensável a licitação.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



A permuta não se constitui em meio de alienação a título oneroso, uma vez que, desfazendo-se de um bem, acaba adquirindo outro, de forma que não haverá necessidade de concorrência para que seja efetuada a permuta almejada.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O art. 17 da Lei Ordinária Federal n.º 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;

O art. 24 da referida Lei, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei n.º 8.883, de 1994)

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e avaliação acerca do valor de mercado dos bens a serem permutados.

Ainda, a presente medida visa atender aos interesses públicos e à Administração Estadual, haja vista que, no imóvel que o Município de Ponta Grossa receberá do Estado do Paraná, pretende-se construir a Escola Municipal Professora Louise Foltran de Lara. Por sua vez, no imóvel destinado ao Estado do Paraná, será construída a Unidade Nova do Colégio Estadual Iolanda Tacques Fonseca.

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 30/2011

Curitiba, 15 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a permuta, com o Município de Ponta Grossa, do imóvel que especifica.

Inicialmente, insta salientar que o presente Anteprojeto de Lei encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seus artigos 6.º, inciso III, e 8.º, alínea c:

Art. 6.º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

Art. 8.º Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

c) permuta, por outro imóvel que seja destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha e desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia de ambos os bens;

Por permuta, entende-se o contrato pelo qual as partes transferem e recebem um bem, uma da outra, que se substituem reciprocamente no patrimônio dos permutantes. Há sempre na permuta uma alienação e uma aquisição de coisa, da mesma espécie ou não.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

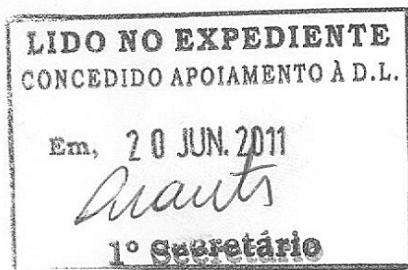
Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 15 de junho de 2011
OF CEE/G 093/11



I - A D.A.P. + 1 leitura no ex-
pediente.

II - A D.L. + 1 leitura no ex-
pediente.

E, 20. junho 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,
a Mensagem n.º 30/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que
autoriza o Poder Executivo a efetuar a permuta de imóvel com o
Município de Ponta Grossa.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

1416 20/06/2011 084437 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 503/11

Projeto de Lei nº 503/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.030/11

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a permuta, com o Município de Ponta Grossa, do imóvel que especifica.

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR PERMUTA DE IMÓVEL COM O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGOS 17 E 24 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 030/2011, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar permuta de imóvel com o Município de Ponta Grossa.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (Grifo nosso)

Por permuta, entende-se o contrato pelo qual as partes transferem e recebem um bem, uma da outra, bens esses que se substituem reciprocamente no patrimônio dos permutantes. Há sempre na permuta uma alienação e uma aquisição de coisa, da mesma espécie ou não.

A permuta não se constitui em meio de alienação a título oneroso, uma vez que o Estado, desfazendo-se de um bem, acaba



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



adquirindo outro, de forma que não haverá necessidade de concorrência para que seja efetuada a permuta almejada.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;

O art. 24 da referida Lei, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e avaliação acerca do valor de mercado dos bens a serem permutados.

A licitação é dispensável, portanto, por se tratar de permuta sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público.

Sobre a supremacia do interesse público na realização de permuta de bem público, assim se manifestou o Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná:

AÇÃO POPULAR. PERMUTA DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS POR BENS IMÓVEIS PARTICULARES VISANDO O ALONGAMENTO E ALARGAMENTO DE VIA URBANA. AUTORES QUE BUSCAM A INVALIDAÇÃO DO ATO. LESIVIDADE AMPARADA NO FATO DE QUE NUM DOS IMÓVEIS CEDIDOS AOS PARTICULARES HAVIA UMA PRAÇA ARBORIZADA E GRAMADA QUE SERVIA AO LAZER DAS PESSOAS LÁ RESIDENTES. ARTIGO 82 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO QUE VEDA A PERMUTA DE IMÓVEIS NOS QUAIS ESTEJA INSTALADA PRAÇA, RAZÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI QUE AUTORIZOU A PERMUTA. SENTENÇA QUE RECONHECE A ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CÂMARA MUNICIPAL E NO MÉRITO JULGA



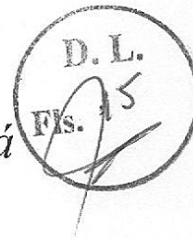
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IMPROCEDENTE O PEDIDO. APELAÇÃO REITERANDO OS MESMOS ARGUMENTOS E DEFENDENDO A LEGITIMIDADE PASSIVA DA CÂMARA MUNICIPAL. Apelação 1. CÂMARA MUNICIPAL QUE POSSUI PERSONALIDADE JUDICIÁRIA APENAS NAS MATÉRIAS QUE DIZEM RESPEITO ÀS SUAS PRERROGATIVAS INSTITUCIONAIS E EM DEFESA DESSAS PRERROGATIVAS. PRECEDENTES DO STJ. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CÂMARA MUNICIPAL CONFIGURADA NESTE CASO. RECURSO DESPROVIDO NESSE PONTO. 2. LEI MUNICIPAL QUE AUTORIZOU A PERMUTA. ATO NORMATIVO QUE SE SUBMETEU AO REGULAR PROCESSO LEGISLATIVO. ÓBICE ESTABELECIDO PELO ARTIGO 82 DA REFERIDA LEI ORGÂNICA QUE NÃO LHE ATINGE PORQUE CONSOANTE COM O ARTIGO 182 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E COM O ESTATUTO DAS CIDADES. VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE QUE NÃO SE CONFIGURA NESTE CASO. DESAFETAÇÃO BEM FORMALIZADA. RECURSO DESPROVIDO NESSE PONTO. 3. PERMUTA. ATO ADMINISTRATIVO QUE VISOU ATENDER AOS DITAMES DO ESTATUTO DA CIDADE E REALIZAR A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE DE ACORDO A RESPECTIVA EXPANSÃO URBANA. ALARGAMENTO DE VIA PÚBLICA QUE TROUXE INÚMEROS BENEFÍCIOS A TODA A COLETIVIDADE. IMÓVEL CEDIDO NO QUAL NÃO ESTAVA INSTALADA PRAÇA PROPRIAMENTE DITA, MAS APENAS ÁREA GRAMADA E ARBORIZADA QUE, INCLUSIVE, ERA LOCALIZADA NUMA ÁREA INDUSTRIAL. ATO ADMINISTRATIVO QUE SE JUSTIFICA PELOS PRINCÍPIOS DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO, COMO TAMBÉM O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE, DA FUNÇÃO SOCIAL E DA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECURSO
DESPROVIDO NESSE PONTO. RECURSO DESPROVIDO.
(TJPR - 4ª C.Cível - ACR 0415830-9 - Londrina - Rel.: Des.
Marcos de Luca Fanchin - Unânime - J. 08.04.2008)

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 20 de junho de 2011.

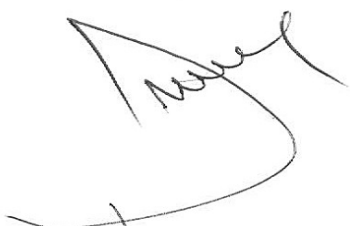
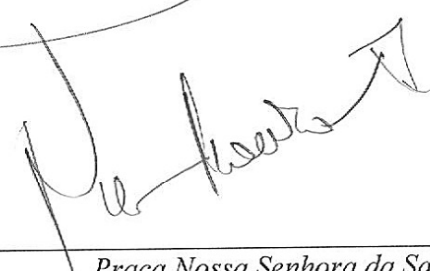


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná